



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXI - Nº 140 - TERÇA-FEIRA, 15 DE AGOSTO DE 2006 - BRASÍLIA- DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
<p>Presidente Renan Calheiros – PMDB-AL</p> <p>1º Vice-Presidente Tião Viana – PT-AC</p> <p>2º Vice-Presidente Antero Paes de Barros – PSDB-MT</p> <p>1º Secretário Efraim Morais – PFL-PB</p> <p>2º Secretário João Alberto Souza – PMDB-MA</p>	<p>3º Secretário Paulo Octávio – PFL-DF</p> <p>4º Secretário Eduardo Siqueira Campos – PSDB-TO</p> <p>Suplentes de Secretário 1ª - Serys Shhessarenko – PT-MT 2º - Papaléo Paes – PSDB-AP 3º - Alvaro Dias – PSDB-PR 4º - Aelton Freitas – PL-MG</p>

LIDERANÇAS		
<p>MAIORIA (PMDB) – 20</p> <p>LÍDER Ney Suassuna</p> <p>VICE-LÍDERES Garibaldi Alves Filho Romero Jucá Gilberto Mestrinho (vago) Amir Lando Ramez Tebet (vago)</p> <p>LÍDER DO PMDB – 20 Ney Suassuna</p> <p>VICE-LÍDERES DO PMDB Luiz Otávio Valdir Raupp (vago) (vago) Alberto Silva Wellington Salgado de Oliveira</p>	<p>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)- 16</p> <p>LÍDER Ideli Salvatti – PT</p> <p>VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB</p> <p>LÍDER DO PT – 11 Ideli Salvatti</p> <p>VICE-LÍDERES DO PT Sibá Machado Ana Júlia Carepa Flávio Arns Roberto Saturnino</p> <p>LÍDER DO PL – 3 João Ribeiro</p> <p>VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas</p> <p>LÍDER DO PSB – 2 Antônio Carlos Valadares</p> <p>VICE-LÍDER DO PSB (vago)</p>	<p>LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 32</p> <p>LÍDER Alvaro Dias – PSDB</p> <p>VICE-LÍDERES (vago) Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL</p> <p>LÍDER DO PFL – 16 José Agripino</p> <p>VICE-LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma (vago)</p> <p>LÍDER DO PSDB – 16 Arthur Virgílio</p> <p>VICE-LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Flexa Ribeiro Papaléo Paes João Batista Motta</p>
<p>LÍDER DO PDT – 4 Osmar Dias</p> <p>VICE-LÍDER DO PDT (vago)</p> <p>LÍDER DO PRB– 2 Marcelo Crivella</p>	<p>LÍDER DO PTB – 5 Mozarildo Cavalcanti</p> <p>VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi</p> <p>LÍDER DO P-SOL – 1 Heloísa Helena</p>	<p>LÍDER DO GOVERNO Aloizio Mercadante – PT</p> <p>VICE-LÍDERES DO GOVERNO Romero Jucá – PMDB Ideli Salvatti – PT (vago) (vago) Fernando Bezerra – PTB (vago)</p>

EXPEDIENTE	
<p>Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p>Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações</p> <p>José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p>Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata</p> <p>Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 132ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 14 DE AGOSTO DE 2006

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Comunicações da Presidência

Término do prazo, na última sexta-feira, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 476, de 2004; 140, de 2005; 64, 157, 308, 333 a 335, 339 e 343, de 2006, aprovados terminativamente pela Comissão de Educação. Os projetos foram promulgados e os respectivos Decretos Legislativos constam do Diário Oficial da União, Seção I, desta data. 26749

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 316, de 2006, que altera as Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, e 9.796, de 5 de maio de 1999, e aumenta o valor dos benefícios da previdência social. *Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria.* 26750

1.2.2 – Ofício do Ministro de Estado do Controle e da Transparência

Nº 21.245/2006, de 10 do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 243, de 2006, do Senador Mozarildo Cavalcanti. 26751

1.2.3 – Ofício do Presidente da Agência Espacial Brasileira

Nº 273/2006, de 20 de julho último, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 554, de 2006, do Senador Arthur Virgílio. 26751

1.2.4 – Projetos recebidos da Câmara dos Deputados

Projeto de Lei da Câmara nº 91, de 2006 (nº 591/2003, na Casa de origem), que regulamenta a profissão de Ecólogo. 26751

Projeto de Lei da Câmara nº 92, de 2006 (nº 1.106/2003, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional do Conselheiro Tutelar. 26754

Projeto de Lei da Câmara nº 93, de 2006 (nº 2.416/2003, na Casa de origem), que altera o inciso I do caput do art. 44, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. 26754

Projeto de Lei da Câmara nº 94, de 2006 (nº 3.671/2004, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo único ao art. 820 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, para dispor sobre a vedação à exigência de fiança nas dívidas de pessoas físicas já garantidas por penhor, hipoteca ou alienação fiduciária de bem imóvel. 26755

1.2.5 – Parecer

Nº 1.037, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que altera o art. 45 da Constituição para conceder ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições. 26756

1.2.6 – Discursos do Expediente

SENADOR MARCO MACIEL – A exclusão das bacias de Pernambuco e da Paraíba das próximas áreas que serão oferecidas para exploração de petróleo, pela Agência Nacional do Petróleo. 26761

SENADOR ROBERTO SATURNINO – Realizações do Governo Lula no Nordeste. 26764

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI – Considerações sobre o lançamento do livro “A trajetória de Octavio Frias de Oliveira”, hoje, em São Paulo. 26767

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Comentários à visita do Presidente Lula à Bahia e à entrevista concedida no Jornal Nacional, da Rede Globo de Televisão. Transcrição de matérias publicadas na imprensa a respeito da execução orçamentária e da corrupção na máquina pública. 26770

1.2.7 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR ALVARO DIAS – Registro da coluna de Dora Kramer, intitulada “Aparências, nada mais”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 11 de julho do corrente. 26780

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA – Comentários ao artigo intitulado “As lorotas de Lula”, publicada no **Jornal da Comunidade**, edição da semana de 1º a 7 de julho do corrente. 26782

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Registro da entrevista concedida pelo farmacêutico José Merched Chaar, intitulada “O poder das cooperati-

vas”, publicada no jornal **O Estado do Amazonas**, edição de 7 do corrente..... 26783

SENADOR **MARCOS GUERRA** – Registro da matéria intitulada “*Presidente recebe apoios de mensaleiros, Okamoto e até juiz da operação Anaconda*”, publicada no jornal **Folha de S. Paulo**, edição de 14 de julho do corrente. 26784

SENADOR **PAPALÉO PAES** – Registro da matéria intitulada “*MP investiga origem de recursos de Filippi*”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 4 de julho do corrente..... 26785

SENADOR **JOÃO BATISTA MOTTA** – Registro do artigo intitulado “*A contabilidade moral de Lula*”, de autoria do jornalista Rolf Kuntz, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 13 de julho do corrente..... 26786

SENADOR **VALDIR RAUPP** – Considerações a respeito do surto de dengue em Rondônia. 26787

SENADORA **LÚCIA VÂNIA** – Importância da 12ª edição do Congresso Internacional de Equoterapia, realizado pela Associação Nacional de Equoterapia (Ande-Brasil) e a Federação Internacional de Equoterapia (FRDI)..... 26788

1.3 – ENCERRAMENTO

SENADO FEDERAL

2 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA

3 – SECRETARIA DE COMISSÕES

4 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

5 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

6 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

7 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

8 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

9 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

10 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

11 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

12 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

13 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCA-I)

Ata da 132ª Sessão não Deliberativa, em 14 de agosto de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Roberto Saturnino e Roberto Cavalcanti

(Inicia-se a sessão às 14 horas)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Esgotou-se na última sexta-feira o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

- Projeto de Decreto Legislativo nº 476, de 2004 (nº 3.201/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Empresa de Radiodifusão Tijuca FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Tijuca, Estado de Santa Catarina;
- Projeto de Decreto Legislativo nº 140, de 2005 (nº 1.360/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Portugal Telecomunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina;
- Projeto de Decreto Legislativo nº 64, de 2006 (nº 138/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Rural de Concórdia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Concórdia, Estado de Santa Catarina;
- Projeto de Decreto Legislativo nº 157, de 2006 (nº 1.751/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária e Cultural Porto União a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto União, Estado de Santa Catarina;
- Projeto de Decreto Legislativo nº 308, de 2006 (nº 2.089/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comu-

nitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Codajás a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Codajás, Estado do Amazonas;

- Projeto de Decreto Legislativo nº 333, de 2006 (nº 2.115/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária dos Amigos de Amontada – Ceará – Ascoama a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Amontada, Estado do Ceará;
- Projeto de Decreto Legislativo nº 334, de 2006 (nº 2.028/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária Camponovense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campos Novos, Estado de Santa Catarina;
- Projeto de Decreto Legislativo nº 335, de 2006 (nº 2.045/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Padre Enio Martin – Fuenio para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Muriaé, Estado de Minas Gerais;
- Projeto de Decreto Legislativo nº 339, de 2006 (nº 2.157/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Bahia Sol Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Salvador, Estado da Bahia; e
- Projeto de Decreto Legislativo nº 343, de 2006 (nº 2.032/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Minduri a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Minduri, Estado de Minas Gerais.

Tendo sido aprovados terminativamente pela Comissão de Educação, os projetos foram promulgados e os respectivos Decretos Legislativos constam do **Diário Oficial da União**, Seção I, desta data.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – O Senhor Presidente da República adotou, em 11 de agosto de 2006, e publicou, no mesmo dia, mês e ano, a Medida Provisória nº 316, de 2006, que “altera as Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, e 9.796, de 5 de maio de 1999, e aumenta o valor dos benefícios da previdência social”.

De acordo com as indicações das Lideranças e, nos termos da Resolução nº 1, de 2002-CN, art. 2º e seus parágrafos, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

Senadores

Titulares

Suplentes

Bloco Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB)

Alvaro Dias (PSDB)	1. Rodolpho Tourinho (PFL)
Juvêncio da Fonseca (PSDB)	2. Demóstenes Torres (PFL)
Tasso Jeleissati (PSDB)	3. vago
César Borges (PFL)	4. vago
Eduardo Azeredo (PSDB)	5. vago

PMDB

Ney Suassuna	1. Alberto Silva
Luiz Otávio	2. Wellington Salgado de Oliveira
Valdir Raupp	3. vago

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PSB/PL)

Ideli Salvatti (PT)	1. vago
Sibá Machado (PT)	2. vago
Antonio Carlos Valadares (PSB)	3. vago

PTB

Mozarildo Cavalcanti	1. Sérgio Zambiasi
----------------------	--------------------

*PC do B

Leomar Quintanilha	1. vago
--------------------	---------

Deputados

Titulares

Suplentes

PT

Henrique Fontana	1. Ângela Guadagnin
Fernando Ferro	2. Anselmo

PMDB

Wilson Santiago	1. Benjamin Maranhão
Mendes Ribeiro Filho	2. Asdrúbal Bentes

PFL

Rodrigo Maia	1. Luiz Carlos Santos
Kátia Abreu	2. José Rocha

*Rodízio nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN

PSDB

Jutahy Junior	1. Bismarck Maia
---------------	------------------

PP

Mário Negromonte	1. Benedito de Lira
------------------	---------------------

PTB

José Múcio Monteiro	1. Fleury
---------------------	-----------

PL

Luciano Castro	1. José Carlos Araújo
----------------	-----------------------

PSB

Alexandre Cardoso	1. Dr. Ribamar Alves
-------------------	----------------------

PDT

Miro Teixeira	1. Alvaro Dias
---------------	----------------

*PTC

Carlos Willian	1. vago
----------------	---------

De acordo com a Resolução nº 1, de 2002-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

- Publicação no **DO**: 11-8-2006
- Designação da Comissão: 14-8-2006 (SF)
- Instalação da Comissão: 15-8-2006
- Emendas: até 17-8-2006 (7º dia da publicação)
- Prazo final na Comissão: 11-8-2006 a 24-8-2006 (14º dia)
- Remessa do processo à CD: 24-8-2006
- Prazo na CD: de 25-8-2006 a 7-9-2006 (15º ao 28º dia)
- Recebimento previsto no SF: 7-9-2006
- Prazo no SF: de 8-9-2006 a 21-9-2006 (42º dia)
- Se modificado, devolução à CD: 21-9-2006
- Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: de 22-9-2006 a 24-9-2006 (43º ao 45º dia)
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 25-9-2006 (46º dia)
- Prazo final no Congresso: 9-10-2006 (60 dias)

*Rodízio nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

**OFÍCIO DO MINISTRO DE ESTADO
DO CONTROLE E DA TRANSPARÊNCIA**

– Nº 21.245/2006, de 10 do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 243, de 2006, do Senador Mozarildo Cavalcanti.

**OFÍCIO DO PRESIDENTE
DA AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA**

– Nº 273/2006, de 20 de julho último, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 554, de 2006, do Senador Arthur Virgílio.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – A Presidência comunica ao Plenário que as informações foram encaminhadas, em cópia, aos Requerentes.

Os Requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, projetos recebidos da Câmara dos Deputados que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 91, DE 2006
(Nº 591/2003, na Casa de origem)

Regulamenta a profissão de Ecólogo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ecólogo é a designação do profissional de nível superior, com formação interdisciplinar específica do campo da Ecologia, dos ecossistemas naturais, artificiais, de seus componentes e suas inter-relações.

Art. 2º A profissão de Ecólogo pode ser exercida:

I – por profissionais diplomados em curso superior de bacharelado em Ecologia ministrados por estabelecimentos públicos ou privados de ensino superior reconhecidos;

II – por profissionais diplomados em cursos similares ministrados por estabelecimentos equivalentes no exterior após a revalidação do diploma, de acordo com a legislação em vigor.

Art. 3º São atribuições do Ecólogo:

I – diagnóstico ambiental, compreendendo estudos do meio físico, biológico e antrópico e suas inter-relações, nas áreas de sua formação profissional;

II – avaliação de riscos ambientais, passivos ambientais e de estudos de impactos ambientais e respectivos relatórios junto a equipes multidisciplinares, conforme legislação vigente;

III – recuperação e manejo de ecossistemas naturais e antrópicos, visando a usos múltiplos;

IV – coordenação e elaboração de zoneamento ecológico-econômico e outras categorias de zoneamento ambiental;

V – monitoramento ambiental, compreendendo a análise e a interpretação de parâmetros bióticos e abióticos, inclusive nas áreas críticas de poluição;

VI – educação ambiental e exercício do magistério na área de Ecologia em qualquer nível, observadas as exigências pertinentes, bem como a educação ambiental não formal para a sensibilização de agricultores, das populações tradicionais ligadas a unidades de conservação e da população em geral para a defesa ambiental e melhoria da qualidade de vida;

VII – coordenação e participação em planos de controle ambiental, relatórios ambientais preliminares, diagnósticos ambientais, planos de manejo, planos de recuperação de áreas degradadas e análise preliminar de risco, compreendendo:

a) a elaboração e a execução de planos de controle, de proteção e de melhoria da qualidade ambiental;

b) a utilização racional dos recursos naturais;

c) a proposição de medidas mitigadoras e compensatórias para a resolução de problemas ambientais diagnosticados;

VIII – prestação de serviços de gerenciamento, coordenação, gestão, auditoria e consultoria ambiental para a elaboração e/ou execução de programas e projetos envolvendo entidades públicas, privadas ou Organizações Não-Governamentais – ONG;

IX – elaboração de projetos, planos e atividades de manejo agroflorestal, de prevenção, combate e controle do fogo, controle da erosão e erradicação de espécies invasoras;

X – elaboração de projetos de criação e implementação de unidades de conservação, bem como a administração de forma participativa com as populações locais, tradicionais e da área de influência da unidade;

XI – coordenação e elaboração de planos diretores municipais, planos de bacias e microbacias hidrográficas junto a equipes multidisciplinares, conforme a legislação vigente;

XII – fiscalização e controle de critérios, normas e padrões de qualidade ambiental e análise de projetos de entidades públicas ou privadas que objetivem a preservação ou a recuperação de recursos ambientais afetados por processos de exploração predatórios ou poluidores;

XIII – elaboração de vistorias, perícias, pareceres e arbitramentos em assuntos referidos nos incisos I a XII do **caput** deste artigo e pertinentes a sua formação profissional.

Parágrafo único. As atribuições constantes dos incisos do **caput** deste artigo podem também ser exercidas por profissionais com outras formações que desempenhem atividades na área de meio ambiente ou em áreas correlatas, desde que legalmente habilitados nas respectivas profissões e observadas as normas pertinentes.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

PROJETO DE LEI Nº 591 , DE 2003

Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de Ecólogo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ecólogo é a designação do profissional de nível superior, com formação holística e interdisciplinar, específica do campo da Ecologia, dos ecossistemas naturais, artificiais, de seus componentes e suas interrelações.

Art. 2º A profissão de Ecólogo será exercida:

I – por profissionais diplomados em curso superior de Bacharelado em Ecologia ministrados por estabelecimentos de ensino superiores, oficiais ou reconhecidos em todo o território nacional;

II – pelos diplomados em curso similar ministrado por estabelecimentos equivalentes no exterior após a revalidação do diploma, de acordo com a legislação em vigor;

Parágrafo único. É negado o exercício da profissão de Ecólogo aos habilitados em cursos por correspondência.

Art. 3º A fiscalização do exercício da profissão de Ecólogo será exercida pela Autarquia Federal criada pela Lei 6.684 de 3 de setembro de 1979 dos Conselhos Federal e Regionais de Biologia.

Art. 4º O Ecólogo cujo diploma esteja registrado nas repartições competentes só poderá exercer suas funções ou atividades após registro no Conselho Federal de Biologia – CFBio.

Parágrafo único. O certificado de registro de que trata o **caput** desse artigo deverá ser exigido pelas autoridades federais, estaduais, municipais e particulares para realização de contratos, inscrição em concursos, e termos de posse.

Art. 5º São atribuições do Ecólogo:

I – diagnóstico ambiental, compreendendo estudos do meio físico, biológico e antrópico, e suas inter-relações, nas áreas de sua formação profissional;

II – avaliação de riscos ambientais, passivos ambientais e de estudos de impactos ambientais e respectivos relatórios junto a equipes multidisciplinares, conforme legislação vigente;

III – recuperação e manejo de ecossistemas naturais e antrópicos, visando usos múltiplos;

IV – coordenação e elaboração de zoneamento ecológico-econômico e outras categorias de zoneamento ambiental;

V – monitoramento ambiental, compreendendo a análise e a interpretação de parâmetros bióticos e abióticos, inclusive nas áreas críticas de poluição;

VI – educação ambiental e exercício do magistério na área de Ecologia em qualquer nível, observadas as exigências pertinentes, bem como a educação ambiental não-formal para a sensibilização de agricultores, das populações tradicionais ligadas a unidades de conservação e da população em geral para a defesa ambiental e melhoria da qualidade de vida;

VII – coordenação e participação em planos de controle ambiental, relatórios ambientais preliminares, diagnósticos ambientais, planos de manejo, planos de recuperação de áreas degradadas e análise preliminar de risco, compreendendo:

a) a elaboração e a execução de planos de controle, de proteção e de melhoria da qualidade ambiental;

b) a utilização racional dos recursos naturais;

c) a proposição de medidas mitigadoras e compensatórias para a resolução de problemas ambientais diagnosticados;

VIII – prestação de serviços de gerenciamento, coordenação, gestão, auditoria e consultoria ambiental para a elaboração e/ou execução de programas e projetos envolvendo entidades públicas, privadas ou organizações não-governamentais (ONGs);

IX – elaboração de projetos, planos e atividades de manejo agroflorestal, de prevenção, combate e controle do fogo, controle da erosão e erradicação de espécies invasoras;

X – elaboração de projetos de criação e implementação de unidades de conservação, bem como administrá-las de forma participativa com as populações locais, tradicionais e da área de influência da unidade;

XI – coordenação e elaboração de planos diretores municipais, planos de bacias e microbacias hidrográficas junto a equipes multidisciplinares, conforme a legislação vigente;

XII – fiscalização e controle de critérios, normas e padrões de qualidade ambiental e análise de projetos de entidades públicas ou privadas que objetivem a preservação ou a recuperação de recursos ambientais afetados por processos de exploração predatórios ou poluidores;

XIII – elaboração de vistorias, perícias, pareceres e arbitramentos em assuntos referidos nos itens anteriores e pertinentes à sua formação profissional;

Parágrafo único. Cada uma das atribuições acima enumeradas poderão também ser individualmente exercidas por profissionais com outras formações que desempenhem atividades na área de meio ambiente, legalmente habilitados nas respectivas profissões, e observadas as exigências pertinentes.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 30 dias a contar da data de sua publicação.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

O meio ambiente modifica-se continuamente como resultado da relação do ser humano com a natureza. A sobrevivência da sociedade humana é garantida por meio da utilização dos recursos naturais, pois absolutamente tudo o que consumimos é proveniente em uma primeira instância da terra, da água, do ar e dos seres vivos. A utilização dos recursos naturais no entanto tem ocorrido de uma maneira indiscriminada, quer no sentido do uso excessivo e muitas vezes descontrolado, quer no sentido do comprometimento de tais recursos por inúmeras fontes de poluição. As pesquisas científicas e os meios de comunicação têm alertado constantemente para tais problemas, como as alterações climáticas provenientes das fontes de poluição atmosférica, os desmatamentos, a destruição de *habitats* naturais, a extinção de espécies, os riscos envolvidos com a produção de energia nuclear,

a carência de saneamento, o comprometimento dos recursos hídricos para os múltiplos usos e o crescimento urbano descontrolado gerando insalubridade para as populações humanas.

Diante desse quadro é inegável a importância de ações e de profissionais que concretizem a sustentabilidade dos ecossistemas naturais e antrópicos por meio de políticas e de técnicas ambientalmente saudáveis que garantam o desenvolvimento econômico, a proteção ambiental e a justiça social.

Neste sentido, a atuação de profissionais com formação específica em Ecologia é fundamental para a proteção da vida, da saúde e para a garantia da qualidade de vida para as presentes e futuras gerações. Cabe ressaltar que, conforme disposto no Art. 225 da Constituição Federal, “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida”.

Convém lembrar que o Brasil é um país reconhecido internacionalmente como detentor de uma excepcional diversidade biológica, que representa um patrimônio inestimável para toda a humanidade. Além disso, todo esse patrimônio natural é de grande valor como gerador de divisas, seja através do potencial de exploração racional de recursos, seja através dos serviços ambientais prestados por um ambiente ecologicamente saudável, ou ainda através dos desdobramentos das atividades econômicas relacionadas ao meio ambiente. Lembramos, apenas como exemplo, que o potencial ecoturístico do País está intimamente associado a um meio ambiente preservado.

Além disso, é de extrema importância para a solução dos problemas ambientais a capacidade técnica e científica de inúmeros profissionais formados nas mais diversas áreas do conhecimento, além da necessária participação da sociedade como um todo. Os serviços relacionados às questões ambientais têm sido executados por equipes de profissionais multidisciplinares, incluindo profissionais com formação ora mais específica, ora mais abrangente.

O Ecólogo, com seu perfil profissional amplo e ao mesmo tempo detalhado, conforme definido pelo CBO-Cadastro Brasileiro de Ocupações sob o código 2030-05, torna-se fundamental na composição de equipes de trabalhos multidisciplinares, uma vez que a compreensão das causas dos problemas ambientais e a busca por soluções coerentes que o tema merece não são unidirecionais, envolvendo a participação efetiva de profissionais de várias áreas do conhecimento.

No Brasil, pioneiramente, a Universidade Estadual Paulista (UNESP), mais precisamente no Campus de Rio Claro (SP), criou o Curso de Graduação em Ecologia em 1976, reconhecido posteriormente pela Portaria MEC nº 397 de 16 de junho de 1981. O referido curso tem duração de quatro anos e abrange disciplinas específicas tais como: Ecologia de Populações, Ecologia de Comunidades, Ecologia Humana, Política e Legislação Ecológica, Economia e Política do Meio Ambiente, Métodos de Controle de Poluição, Ecossistemas Terrestres, Ecossistemas Aquáticos, Microbiologia Ambiental, Saúde e Meio Ambiente, Ecossistemas Antrópicos e Planejamento, Metodologia de Estudos de Impacto Ambiental e Manejo Áreas Silvestres. Seguiram-se a criação do Curso de Graduação em Ecologia na Universidade Católica de Pelotas (UCPel – RS), em 1995,

Sala das Sessões, 1 de abril de 2003. – Deputado **Antonio Carlos Mendes Thame**.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 92, DE 2006.

(Nº 1.106/2003, na Casa de Origem)

Institui o Dia Nacional do Conselheiro Tutelar.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o Dia Nacional do Conselheiro Tutelar, a ser celebrado anualmente na data de 18 de novembro.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI Nº 1.106 , DE 2003

Institui o “Dia Nacional do Conselheiro Tutelar”.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o “Dia Nacional do Conselheiro Tutelar”, a ser celebrado anualmente na data de 18 de novembro.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Com a Carta Magna de 1988 – a “Constituição Cidadã” – surge de modo explícito e formal no Brasil a idéia de proteção integral à criança e ao adolescente pela família, pela sociedade e pelo Estado (arts. 226, 227, 228 e 229).

A partir dessas provisões constitucionais, e após grande mobilização da sociedade brasileira, tornou-se

realidade o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8069/90), que, dentre outras medidas, prevê no âmbito do Poder Público Municipal a atuação subsidiária do Conselho Tutelar (art. 131) no que tange à proteção integral da criança e do adolescente.

Depois de 11 anos de vigência do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 2001, o Fórum Colegiado Nacional de Conselheiros Tutelares – FCNCT realizou o I Congresso Nacional de Conselheiros Tutelares, em Luziânia, GO, com o objetivo de discutir e aprimorar a missão dos Conselhos Tutelares à luz das experiências municipais ao longo desses anos. Dentre tantos princípios e moções discutidos e aprovados nesse evento histórico, consta a aprovação do dia 18 de novembro como “Dia Nacional do Conselheiro Tutelar”.

Esta proposição visa a dar caráter de lei ordinária federal a essa proposta aprovada no referido encontro de Conselhos Tutelares. Acredito que assim a celebração do dia 18 de novembro terá caráter oficial, nacional, o que representará uma oportunidade a cada ano para a reflexão em torno do relevante papel pedagógico, psicossocial, cultural e jurídico do conselheiro tutelar, papel esse, complexo e de grande responsabilidade, que faz a ponte entre a família e o estado na assistência às nossas crianças e adolescentes.

Pela relevância educacional e cultural da presente iniciativa legislativa, peço toda a atenção e o apoio dos meus ilustres colegas parlamentares nesta Casa no sentido de aprovar o projeto de lei que ora submeto à Câmara dos Deputados.

Sala das Sessões, 27 de maio de 2003. – Deputado **Givaldo Carimbão**.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 93, DE 2005

(Nº 2.416/2005 na origem)

Altera o inciso I do caput do art. 44, da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso I do **caput** do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 44

I – cursos seqüenciais por campo de saber, de diferentes níveis de abrangência, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino, desde que tenham concluído o ensino médio ou equivalente;

..... “(NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara dos Deputados, 3 de agosto de 2006.
– **Aldo Rebelo**, Presidente.

PROJETO DE LEI ORIGINAL N.º 2.416, DE 2003

Altera o inciso I do art.44, da Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º . O inciso I do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996 fica com a seguinte redação:

“Art. 44

I – cursos seqüenciais por campo de saber de diferentes níveis de abrangência, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino, desde que tenham concluído o ensino médio ou equivalente.”

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Este projeto de lei adiciona a expressão “desde que tenham concluído o ensino médio ou equivalente”, para não deixar qualquer dúvida a respeito da necessidade de término do ensino médio para se ter acesso à educação superior.

Da maneira como está redigida, a LDB deixa em aberto a discutível possibilidade de que candidatos sem o diploma de ensino médio tenham acesso ao ensino universitário.

São criadas, desta forma, situações ambíguas que contribuem para a desmoralização do ensino superior. De fato, da forma como está redigido o inciso I do art. 44 da LDB, não há qualquer controle mais efetivo para o acesso aos assim chamados “cursos seqüenciais” que, a rigor, não integram a educação superior, pois não requerem, conforme o texto atual da lei, a conclusão do ensino médio dos que neles se matriculam.

Há, até mesmo, casos de instituições que conferem diplomas de cursos seqüenciais, que podem levar a crer que se trata de cursos de graduação regulares. Seria uma quase fraude, por via do aproveitamento de uma brecha legal.

Nossa proposta visa, exatamente, fechar esta brecha legal, eliminando abusos, protegendo estudantes de cursos que não lhe oferecerão habilitações que apregoam e o público de supostos profissionais inade-

quadamente preparados, para a prática dos diversos ofícios oferecidos no mercado de trabalho.

Por seu sentido moralizador e interesse na defesa da sociedade, estamos certos de que este projeto de lei receberá a melhor acolhida da parte dos nossos pares.

Sala das Sessões, 4 de novembro de 2003. – Deputado **Irapuan Teixeira**.

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 9.394. DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

.....
Art. 44. A educação superior abrangerá os seguintes cursos e programas: (Regulamento)

I – cursos seqüenciais por campo de saber, de diferentes níveis de abrangência, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino;

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 94, DE 2006
(Nº 3.671/2004, na origem)**

Acrescenta parágrafo único ao art. 820 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, para dispor sobre a vedação à exigência de fiança nas dívidas de pessoas físicas já garantidas por penhor, hipoteca ou alienação fiduciária de bem imóvel.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei acrescenta parágrafo único ao art. 820 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, para dispor sobre a vedação à exigência de fiança nas dívidas de pessoas físicas já garantidas por penhor, hipoteca ou alienação fiduciária de bem imóvel.

Art. 2º O art. 820 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 820.

Parágrafo único. É vedada a fiança sobre o valor da dívida de pessoa física já garantido por penhor, hipoteca ou alienação fiduciária de bem imóvel.” (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara dos Deputados, 9 de agosto de 2006.
– **Aldo Rebelo**, Presidente.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 3.671 DE 2004

Altera o artigo 820 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, para dispor sobre a vedação à exigência de fiança nas dívidas de pessoas físicas já garantidas por hipoteca.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei altera o artigo 820 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, para dispor sobre a vedação à exigência de fiança nas dívidas de pessoas físicas já garantidas por hipoteca.

Art. 2º O artigo 820 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 820. É vedada a fiança quando se tratar de dívida de pessoa física já garantida por hipoteca.” (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O presente projeto de lei visa a impedir o abuso do direito por parte do credor.

Não são raros os casos em que o devedor é verdadeiramente explorado, haja vista a exigência, imposta pelo credor como condição para a celebração do contrato, de prestação de inúmeras garantias.

Claro que o credor tem direito de se cercar de garantias a fim de assegurar o adimplemento da obrigação por parte do contratante, mas o exercício desse direito deve se cingir ao estritamente necessário, não havendo razão para se exigir a garantia fidejussória quando a dívida já está garantida por hipoteca (modalidade de garantia real muito mais eficaz).

Com efeito, a hipoteca constitui direito real que recai sobre bens imóveis, fazendo com que o bem dado em garantia fique vinculado ao cumprimento da obrigação pactuada. O credor hipotecário tem o direito de excutir o imóvel ofertado em hipoteca, ou seja, requerer que a execução recaia sobre o referido bem. Além disso, a hipoteca, uma vez registrada, tem eficácia **erga omnes** e gera seqüela e preferência, ou seja, o credor tem direito de buscar o bem onde quer que ele se encontre e deve receber em primeiro lugar.

Mesmo que o devedor venha a alienar o imóvel hipotecado, a garantia permanece, de forma que não

há prejuízo para o credor. Destarte, não há motivo que justifique a exigência concomitante de fiança, garantia pessoal que dá margem a inúmeras situações graves que devem ser evitadas, como a possibilidade de penhora do bem de família do fiador.

O que ora se propõe já foi, de certa forma, acolhido pela Lei nº 8.245/91, que trata da Locação de Imóveis Urbanos e cujo artigo 37, parágrafo único, veda a exigência de mais de uma modalidade de garantia no mesmo contrato de locação.

Esses os motivos pelos quais contamos com o apoio dos ilustres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões, 27 de maio de 2004. – Deputado **Almir Moura**.

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

Código Civil.

LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002.

Institui o Código Civil.

.....
Art. 820. Pode-se estipular a fiança, ainda que sem consentimento do devedor ou contra a sua vontade.
.....

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania).

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Os projetos que acabam de ser lidos vão às Comissões competentes.

Sobre a mesa, parecer que passo a ler.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 1.037, DE 2006

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que altera o art. 45 da Constituição para conceder ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições.

Relator: Senador **Eduardo Azeredo**

I – Relatório

A Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, de autoria do Senador Cristovam Buarque e outros eminentes colegas, propõe a alteração do ar-

tigo 45 da Constituição, que trata da composição da Câmara dos Deputados, para determinar a instituição de circunscrições eleitorais especiais, destinadas a viabilizar a eleição de representantes dos cidadãos brasileiros que residem no exterior.

A medida se realiza mediante o acréscimo de um parágrafo ao citado art. 45. A proposição exige lei para disciplinar o tema, e ressalta que sua vigência respeitará o princípio da anualidade, a que se refere o art. 16 da Constituição.

Ao justificar a iniciativa, seus autores destacam a irreversibilidade do processo de globalização: esse processo, aliado à crise econômica que produz milhões de desempregados, levou para fora de nosso País mais de dois milhões de concidadãos. A esses brasileiros é concedido, nos termos da lei, o direito a voto nas eleições para Presidente da República, quando inscritos nas representações diplomáticas. Não, entretanto, o direito de voto nas eleições parlamentares.

E assinalam, corretamente, a nosso ver, que essa situação pode favorecer o distanciamento entre cidadãos do Brasil e o seu país, sua Nação, seu povo, quebrando os vínculos sociais e afetivos que ligam a pessoa à sua Pátria.

Destacam, ao final, que a proposta repete em nosso País a experiência de diversos povos, como Portugal, Espanha, Itália e os Estados Unidos da América. O Brasil, país avançado quando se trata de tecnologia eleitoral, deve estender esse avanço a outras áreas do processo eleitoral, de modo a ampliar a cidadania e aprofundar o processo democrático.

II – Análise

A proposição legislativa sob exame é clara e singela, embora trate de assunto de grande importância para a democracia: trata-se de tomar possível a incorporação, ao processo político brasileiro, de alguns milhões de concidadãos que vivem em outros países.

A viabilização desse desiderato se daria mediante a criação de representação, na Câmara dos Deputados, desses brasileiros que vivem fora do Brasil. Para tanto, são criadas as circunscrições eleitorais especiais, conforme o texto do § 3º que se propõe aduzir ao art. 45 da Carta Magna.

A proposição não incide em quaisquer dos vícios que podem inquinar de inconstitucionalidade ou injuridicidade iniciativas dessa natureza: não desrespeita direitos individuais, antes, os amplia. Do mesmo modo, não debilita a nossa Federação, vez que as circunscrições especiais não alteram o equilíbrio entre os entes federados. O voto, direto, secreto, universal e periódico é fortalecido. A proposição não diz respeito à separa-

ção dos poderes. Desse modo, os limites materiais à reforma da Constituição são respeitados.

Do ponto de vista formal, também ressalta a correspondência da Proposta de Emenda à Constituição com o Estatuto Maior: encontra-se subscrita pelo número bastante de autores (28), e não há, no momento, em vigor no Brasil, estado de sítio, de defesa ou intervenção federal.

Apenas um aspecto da proposição nos parece digno de reparo: talvez para facilitar o processo eleitoral, diz-se que a eleição de deputado federal será pelo sistema majoritário, enquanto o *caput* do art. 45, em que se pretende inscrever esse parágrafo, determina que o nosso sistema é proporcional. Parece-nos que o sistema eleitoral a ser observado no Exterior deve observar os princípios aqui adotados, uma vez que poderia ser incompreensível que o Brasil adotasse dois sistemas eleitorais, um para os brasileiros que vivem em seu País e outros para os que vivem em outros países. Por tais razões, propomos a supressão da expressão “pelo sistema majoritário”. E propomos, igualmente, que a expressão “representantes”, seja substituída por “deputados federais” para seguir o termo que a Constituição já adota.

III – Voto

Em face do exposto, o nosso voto é pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, nos termos do seguinte substitutivo:

EMENDA Nº 1 – CCJ (SUBSTITUTIVO)

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 5 DE 2005

Acrescenta o § 3º ao art. 45 da Constituição, para estabelecer a representação na Câmara dos Deputados dos brasileiros residentes no exterior.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição, promulgam a seguinte emenda ao Texto Constitucional:

Art. 1º O art. 45 da Constituição passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º:

“Art. 45

§ 3º A lei disporá sobre as circunscrições especiais para a eleição de deputados federais, representantes dos brasileiros residentes no exterior. (NR)”

Art. 2º Esta emenda entra em vigor na data de sua publicação, em conformidade com as disposições do art. 16 da Constituição.

Sala da Comissão, 2 de agosto de 2006.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PBC Nº 5 DE 2005

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 02/08/2006, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE :	
RELATOR:	
BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)	
ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (Presidente)	1-ROMEUA TUMA
CÉSAR BORGES	2-MARIA DO CARMO ALVES
DEMÓSTENES TORRES	3-JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO	4-JORGE BORNHAUSEN
JOSÉ JORGE	5-RODOLPHO TOURINHO
JOÃO BATISTA MOTTA	6- TASSO JEREISSATI
ALVARO DIAS	7-EDUARDO AZEREDO (Relator)
ARTHUR VIRGÍLIO	8-LEONEL PAVAN
JUVÊNCIO DA FONSECA	9-LÚCIA VÂNIA
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, ⁽¹⁾ , PL e PPS)	
ALOIZIO MERCADANTE	1-ANTONIO JOÃO ⁽⁴⁾
EDUARDO SUPLYC	2- PAULO PAIM
FERNANDO BEZERRA	3-SÉRGIO ZAMBIASI
MAGNO MALTA	4-PATRÍCIA SABOYA GOMES
IDELI SALVATTI	5-SIBÁ MACHADO
ANTONIO CARLOS VALADARES	6-MOZARILDO CAVALCANTI
SERYS SLHESSARENKO	7-MARCELO CRIVELLA ^(2,3)
PMDB	
RAMEZ TEBET	1-LUIZ OTÁVIO
NEY SUASSUNA	2-GILVAM BORGES ⁽⁵⁾
JOSÉ MARANHÃO ⁽⁵⁾	3-SÉRGIO CABRAL
ROMERO JUCÁ	4-ALMEIDA LIMA
AMIR LANDO	5-WELLINGTON SALGADO
PEDRO SIMON	6-GARIBALDI ALVES FILHO
PDT	
JEFFERSON PÉRES	1-OSMAR DIAS

Atualizada em: 31/07/2006.

(1) O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 08/06/2005.

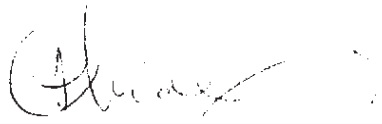


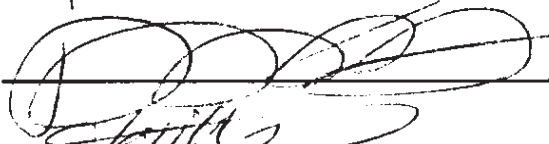
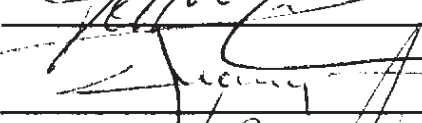
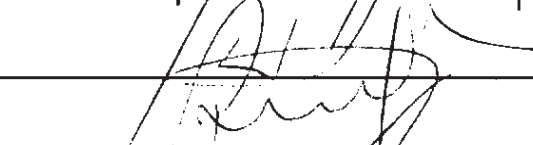
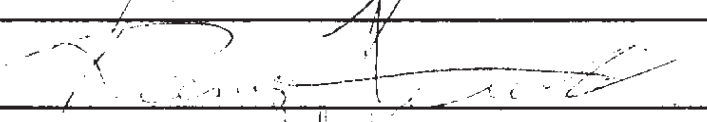

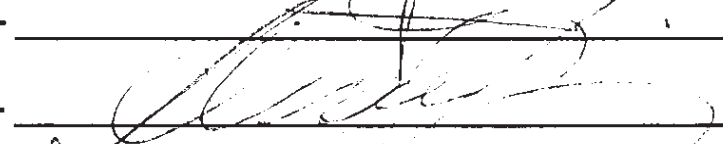
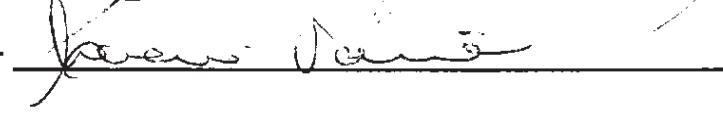



(2) O Senador Marcelo Crivella filiou-se ao PMR em 28.09.2005.

(3) O Partido Municipalista Renovador (PMR) passou a denominar-se Partido Republicano Brasileiro (PRB), conforme certidão expedida pelo TSE em 27.03.2006.

(4) Vaga cedida pelo PT ao PTB.

(5) Os Senadores José Maranhão e Gilvam Borges encontram-se licenciados do exercício do mandato a partir de 31.07.2006.

ASSINAM O PARECER
À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 5, DE 2005,
NA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 02/08/2006, COMPLEMENTANDO
AS ASSINATURAS DOS MEMBROS DA COMISSÃO, NOS TERMOS
DO ART. 356, PARÁGRAFO ÚNICO, DO R.I.S.F.,
OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS):

- 1 - 
- 2 - 
- 3 - 
- 4 -  Augusto Botelho
- 5 - 
- 6 - 
- 7 - 
- 8 - 
- 9 - 
- 10 - 
- 11 - 
- 12 - 
- 13 - 
- 14 -
- 15 -

ASSINAM O PARECER
À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 5, DE 2005,
NA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 02/08/2006, COMPLEMENTANDO AS
ASSINATURAS DOS MEMBROS DA COMISSÃO, NOS TERMOS DO
ART. 356, PARÁGRAFO ÚNICO, DO R.I.S.F.,
OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS):

- 1 - FÁTIMA CLEIDE**
- 2 - HERÁCLITO FORTES**
- 3 - TIÃO VIANA**
- 4 - AUGUSTO BOTELHO**
- 5 - PAULO PAIM**
- 6 - EFRAIM MORAIS**
- 7 - JOSÉ AGRIPINO**
- 8 - ROMERO JUCÁ**
- 9 - RAMEZ TEBET**
- 10 - GERALDO MESQUITA JÚNIOR**
- 11 - ALMEIDA LIMA**
- 12 - ALVARO DIAS**
- 13 - LÚCIA VÂNIA**

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 16. A lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra até um ano da data de sua vigência. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 4, de 1993)
.....

Relator: Senador **Eduardo Azeredo**

I – Relatório

A Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, de autoria do Senador Cristovam Buarque e outros eminentes colegas, propõe a alteração do artigo 45 da Constituição, que trata da composição da Câmara dos Deputados, para determinar a instituição

de circunscrições eleitorais especiais, destinadas a viabilizar a eleição de representantes dos cidadãos brasileiros que residem no exterior.

A medida se realiza mediante o acréscimo de um parágrafo ao citado art. 45. A proposição exige lei para disciplinar o tema, e ressalta que sua vigência respeitará o princípio da anualidade, a que se refere o art. 16 da Constituição.

Ao justificar a iniciativa, seus autores destacam a irreversibilidade do processo de globalização: esse processo, aliado à crise econômica que produz milhões de desempregados, levou para fora de nosso País mais de dois milhões de concidadãos. A esses brasileiros é concedido, nos termos da lei, o direito a voto nas eleições para Presidente da República, quando inscritos nas representações diplomáticas. Não, entretanto, o direito de voto nas eleições parlamentares. E assinalam, corretamente, a nosso ver, que essa situação pode favorecer o distanciamento entre cidadãos do Brasil e o seu país, sua Nação, seu povo,

quebrando os vínculos sociais e afetivos que ligam a pessoa à sua Pátria.

Destacam, ao final, que a proposta repete em nosso País a experiência de diversos povos, como Portugal, Espanha, Itália e os Estados Unidos da América. O Brasil, país avançado quando se trata de tecnologia eleitoral, deve estender esse avanço a outras áreas do processo eleitoral, de modo a ampliar a cidadania e aprofundar o processo democrático.

II – Análise

A proposição legislativa sob exame é clara e singela, embora trate de assunto de grande importância para a democracia: trata-se de tornar possível a incorporação, ao processo político brasileiro. De alguns milhões de cidadãos que vivem em outros países.

A viabilização desse desiderato se daria mediante a criação de representação, na Câmara dos Deputados, desses brasileiros que vivem fora do Brasil. Para tanto, são criadas as circunscrições eleitorais especiais, conforme o texto do § 3º que se propõe aduzir ao art. 45 da Carta Magna.

A proposição não incide em quaisquer dos vícios que podem inquinar de inconstitucionalidade ou injuridicidade iniciativas dessa natureza: não desrespeita direitos individuais, antes, os amplia. Do mesmo modo, não debilita a nossa Federação, vez que as circunscrições especiais não alteram o equilíbrio entre os ente federados. O voto, direto, secreto, universal e periódico é fortalecido. A proposição não diz respeito à separação dos poderes. Desse modo, os limites materiais à reforma da Constituição são respeitados.

Do ponto de vista formal, também ressalta a correspondência da Proposta de Emenda à Constituição com o Estatuto Maior: encontra-se subscrita pelo número bastante de autores (28), e não há no momento, em vigor no Brasil, estado de sítio, de defesa ou intervenção federal.

Apenas um aspecto da proposição nos parece digno de reparo: talvez para facilitar o processo eleitoral, diz-se que a eleição de deputado federal será pelo sistema majoritário, enquanto o *caput* do art. 45, em que se pretende inscrever esse parágrafo, determina que o nosso sistema é proporcional. Parece-nos que o sistema eleitoral a ser observado no Exterior deve observar os princípios aqui adotados, uma vez que poderia ser incompreensível que o Brasil adotasse dois sistemas eleitorais, um para os brasileiros que vivem em seu País e outros para os que vivem em outros países. Por tais razões, propomos a supressão da expressão “pelo sistema majoritário”. E propomos, igualmente, que a expressão “representantes”, seja

substituída por “deputados” para seguir o termo que a Constituição já adota.

III – Voto

Em face do exposto, o nosso voto é pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, nos termos do seguinte substitutivo:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 5 (SUBSTITUTIVO), DE 2005

Acrescenta o § 3º ao art. 45 da Constituição, para estabelecer a representação na Câmara dos Deputados dos brasileiros residentes no exterior.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição, promulgam a seguinte emenda ao Texto Constitucional:

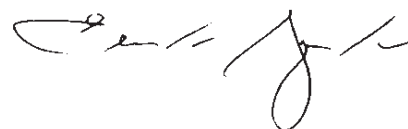
Art. 1º O art. 45 da Constituição passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º:

“Art. 45.

§ 3º A lei disporá sobre as circunscrições especiais para a eleição de representantes dos brasileiros residentes no exterior. (NR)”

Art. 2º Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação, em conformidade com as disposições do art. 16 da Constituição.

Sala da Comissão,



O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – A parecer que acaba de ser lido vai à publicação.

Há oradores inscritos. O primeiro é o Senador Marco Maciel, a quem concedo a palavra.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, ilustre Senador Roberto Saturnino, Sr^{as} e Srs. Senadores, o mundo cada vez mais se conscientiza da urgência na geração de energia para o desenvolvimento econômico e social.

A energia é instrumento fundamental para o desenvolvimento. E, se V. Ex^a me permite, Sr. Presidente, uma tautologia, eu diria que a energia é o combustível do desenvolvimento; sem ela, certamente, nenhuma atividade econômica pode prosperar. Não é por outra razão que o mundo hoje procura utilizar não somente

as tradicionais fontes de energia, sobretudo as fontes fósseis e as decorrentes de represamento das águas, com construção de hidrelétricas, mas também outras: a energia solar, a energia eólica, o etanol e tantas mais. As mais antigas jazidas de petróleo e gás, em exploração nos Estados Unidos e no Oriente Médio, encontram-se próximas de esgotamento.

Com a criação da Petrobras, no Brasil, no início da década de 50, foram empreendidas prospecções e extrações coroadas de êxito ao longo de suas atividades. Lembro-me bem, ainda estudante, de quando se fazia a campanha “O petróleo é nosso”. O fato é que hoje o Brasil pode orgulhar-se de ter avançado muito nesse campo, graças a sucessivos esforços de diferentes governos a partir de Getúlio Vargas, em cuja presidência se efetuou a criação da Petrobras.

A localização das jazidas brasileiras tinha ocorrido nos últimos anos, sobretudo, na plataforma continental, ou seja, no mar, especialmente nas bacias de Campos, Santos e no Nordeste. Devo também mencionar como fato importante que, graças a esforços feitos por administrações anteriores, e gostaria de destacar o papel da administração Fernando Henrique Cardoso, que em parceria com o Congresso Nacional tornou possível aprovar uma Emenda Constitucional sobre esse assunto. A Petrobras conheceu um grande período de desenvolvimento, de expansão de suas atividades.

Se posso registrar essas conquistas, de outra parte, Sr. Presidente, faço tais considerações para estranhar que, embora no Nordeste esteja evidente a existência de petróleo e gás, inclusive explorações já estão sendo feitas e outras em desenvolvimento, no último edital da ANP, os Estados de Pernambuco foram excluídos das prospecções previstas em função de uma insólita e surpreendente decisão da Agência Nacional de Petróleo.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, conforme sabe o nobre Senador Roberto Cavalcanti e igualmente o Senador Roberto Saturnino, especialista no setor, posto que engenheiro, laudos técnicos comprovaram, segundo ofício circular às autoridades competentes, de autoria da Associação Brasileira de Geólogos de Petróleo, datado de 08 de agosto deste ano, que, quanto ao Nordeste, “a bacia de Pernambuco/Paraíba foi objeto de um alentado programa de exploração de amostragem geoquímica de fundo marinho, promovido pela Agência Nacional do Petróleo”, com “grande sucesso, pois descobriu a existência nessa bacia de nova fronteira de um sistema petrolífero ativo, de grande prospectividade para óleos semelhantes àqueles das bacias Potiguar e de Alagoas”.

Quando governei Pernambuco, no final da década de 70 e início da década de 80, fiz gestões junto a

Petrobras para que examinasse a possibilidade de fazer algumas prospecções em território pernambucano. Foram feitos dois furos. É lógico que as tecnologias à época ainda eram muito deficientes se comparadas com as modernas tecnologias que o mundo do século XXI já conhece.

Posteriormente, com a criação da Agência Nacional do Petróleo, a prospecção em Pernambuco se realizou graças aos extraordinários esforços da administração Jarbas Vasconcelos, que então governava Pernambuco, e também do Senador José Jorge. Ambos conseguiram liberar o orçamento necessário para que pudessemos avançar nessa direção.

Observe-se também que a Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), assinada em 18 de maio passado, só foi publicada três meses depois, no dia 2 de agosto. A ANP (Agência Nacional de Petróleo) desconheceu o justo pleito dos Estados de Pernambuco e da Paraíba.

Os resultados negativos são mais que claros, a começar pela própria Petrobras que, sem um elenco diversificado e atrativo de ofertas e comprovadas oportunidades, perderá significativas parcerias internacionais.

Quanto às empresas brasileiras, o prejuízo ainda será maior, porque isso acontece exatamente quando começa a consolidar-se o primeiro grupo de operadores independentes nacionais.

Para se avaliar a extensão do prejuízo, note-se que, dos 41 setores selecionados pela Agência Nacional de Petróleo, amplamente divulgados em seu próprio *site* na Internet, só restaram 14.

É bom lembrar também que a não-inclusão dessa bacia traz impacto considerável na geração de empregos, porque sabemos que a exploração e produção de petróleo e os efeitos que daí advêm geram muitos postos de trabalho diretos e indiretos, contribuindo assim para elevar a renda dos Estados e Municípios.

Sr. Presidente, estranhamos que Pernambuco e Paraíba estejam fora desses editais de licitação, quando sabemos que há petróleo em todo o território do Nordeste, a partir da Bahia, Sergipe, Alagoas, e também ocorrência de petróleo – inclusive na plataforma continental desses Estados, inclusive no Rio Grande do Norte e no Ceará. É muito estranho que, justamente tendo petróleo e gás nos Estados já citados, haja um intervalo, uma interrupção entre os Estados de Pernambuco e da Paraíba.

Sob o ponto de vista geológico – e não sou especialista no tema –, não há nenhuma coincidência entre os limites físicos e os limites políticos. Os limites políticos são fixados em função de decisões jurídicas, que estabelecem os limites de cada Estado, as fronteiras

entre diferentes países. Portanto, não me parece que possa se conceber uma interrupção na bacia geológica do Nordeste, justamente no trecho Pernambuco e Paraíba, quando comprovadamente Bahia, Sergipe e Alagoas possuem jazimentos em exploração, o mesmo acontecendo no Rio Grande do Norte e no Ceará.

Ocorre-me lembrar o famoso cientista alemão Alfred Wegener, falecido na década de 30, que criou – se assim posso dizer – a teoria da atração continental. A tese de Wegener, ao final comprovada, é que, em passado bem remoto, os continentes africano e americano teriam sido um só. Naturalmente, por motivos que não convém discutir aqui, não tenho condições de expor toda a teoria, pela qual me interessei quando jovem. É lógico que, não fossem sucessivos episódios geológicos, não teria surgido o oceano Atlântico que se interpôs entre a África e a América. Ora, se quisermos fazer um esforço de aproximação entre o continente africano e o americano, verificaremos que se encaixam como em um quebra-cabeça. E mais, vamos verificar também que Paraíba e Pernambuco ficam em uma região que na África também é altamente produtora de petróleo. Isso vem reforçar a tese de que não tem lógica não haver na bacia desses dois Estados, inclusive em sua plataforma continental, jazimentos que possam comprovar a existência não somente de petróleo como também de gás.

Daí por que o mal-estar ocorrido em Pernambuco – acredito também na Paraíba, e o Senador Roberto Cavalcanti já se manifestou sobre esse assunto – com a decisão da ANP, que retirou de licitação justamente as áreas previstas e prometidas para inclusão nesse novo *round*, que agora a ANP acaba de realizar.

Concedo um aparte ao nobre Senador Roberto Cavalcanti.

O Sr. Roberto Cavalcanti (PRB – PB) – Eu gostaria de, com muita honra, apartear o Nobre Senador Marco Maciel, do nosso Estado de Pernambuco, exatamente em um tema que aparentemente é singelo, mas de extrema importância para os dois Estados: Pernambuco e Paraíba. Na semana passada, nós todos fomos surpreendidos com a decisão da ANP, que, de forma unilateral, escudada em uma decisão do Conselho de Política Energética, decidiu excluir pretensas bacias de Pernambuco e Paraíba dessa oitava rodada, dessa oitava licitação. É muito importante verificar-se que essa é uma oportunidade única, pois é uma por ano. Só acontece uma vez por ano. Então, é muito importante que se lute, que se brigue, até porque essa expectativa não foi por nós gerada. Essa expectativa foi gerada exatamente pela ANP em diversas matérias encaminhadas aos jornais. O **Jornal do Brasil**, por exemplo, trouxe uma matéria interessantíssima cha-

mada “Petróleo com Sotaque”, referindo-se exatamente ao sotaque nordestino a partir dessa inclusão das bacias de Pernambuco e Paraíba nessa oitava rodada. E essa frustração de expectativa para a economia dos nossos dois Estados é dramática. O empresariado, as atividades econômicas vivem de expectativas positivas. E essa é uma expectativa que foi por eles, pela ANP, gerada. Um outro ponto que gostaria de ressaltar, e me foi lembrado até pelo nobre Senador Marco Maciel, é de que não existe risco nenhum, o dano é zero, em termos de um Estado, de uma bacia entrar em uma licitação, porque o máximo que pode acontecer é ela não ser licitada. A bacia, digamos, como num leilão, é posta à venda e não desperta interesse. Se ela não despertar interesse, então a ANP cumpriu o seu papel; era a bacia que não era atraente. Não caberia, unilateralmente, à ANP estabelecer esse critério de prioridade, porque o petróleo que, supostamente, deveria ser lá encontrado é o petróleo leve, que exatamente se encaixa dentro das prioridades da ANP. Não existe compromisso do Governo de investir, não existe compromisso da Petrobras de obrigatoriamente comprar. Não. Aquilo vai a leilão e aquela bacia é arrematada ou não. Então, o risco, o dano é zero para a ANP e para o País. Portanto, é inconcebível a sua retirada sem uma causa justa. O Senador Roberto Saturnino é testemunha, no Estado do Rio de Janeiro, da pujança que é a contribuição econômica da atividade petrolífera. O governo do Rio de Janeiro me mandou um *e-mail* se acostando aos anseios de Pernambuco e da Paraíba e também reclamando da exclusão de um campo na bacia de Campos, no Estado do Rio de Janeiro. Portanto, é mais um Estado que se soma a essa inábil, insensível atitude da ANP no sentido de excluir essas bacias, esses Estados. Lembro ao nobre Senador que temos mais um Estado ao nosso lado para fazermos com que não sejam excluídas essas bacias. E que as bacias do Rio de Janeiro, no caso, como as de Pernambuco e da Paraíba possam ir a leilão. Se, porventura, elas não tiverem o paladar, o desejo, a apetência para que grandes empresas internacionais ou a própria Petrobras arrematem na licitação, paciência! Ao menos, foi feita a tentativa. Muito obrigado, Senador.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Nobre Senador Roberto Cavalcanti, agradeço o aparte de V. Ex^a, que trouxe achegas muito positivas ao pronunciamento que faço nesta Casa na tarde de hoje.

Devo, até para reforçar o argumento de V. Ex^a, lembrar que, estranhamente, no momento em que foram excluídas do leilão justamente as bacias dos Estados de Pernambuco e da Paraíba, incluíram-se áreas ainda a pesquisar, sobre as quais não existe qualquer com-

provação de ocorrências que justifiquem sua inclusão na rodada. É algo muito estranho.

O Secretário Estadual de Infra-Estrutura de Pernambuco, Dr. Fernando Dueire, pessoa muito competente, em nome do Governador Mendonça Filho, reclamou – aliás, com muitos e sólidos argumentos – da insólita decisão. Não vou aqui produzir todos os argumentos, mas são convincentes e, conseqüentemente, nos levam a defender, nesta Casa, que a decisão seja revista. Postulo essa revisão, porque a decisão é berrantemente estranha. E esperar mais um ano, ou não, pelo *Round* chamado Nono Edital, a meu ver, vai provocar danos não recuperáveis para os nossos Estados. Refiro-me especificamente a Pernambuco e à Paraíba, mas poderia citar também o Estado que o nobre Senador Roberto Saturnino representa no Senado Federal, o Rio de Janeiro.

Sr. Presidente, temos que apresentar nosso veemente protesto contra essa decisão e encaminhar uma proposta ao Conselho Nacional de Política Energética para incluir a bacia Pernambuco-Paraíba na Rodada 9 (*Round* 9), no respectivo calendário, com o mapa dos setores a explorar depois de dezembro próximo, dando tempo, portanto, a revisões nas ofertas dos serviços das empresas, tanto nacionais quanto estrangeiras, públicas ou privadas.

O prejuízo se apresenta especialmente grave para Pernambuco e Paraíba, em cuja bacia, friso mais uma vez, a Agência Nacional de Petróleo – ANP, chegou a investir R\$5 milhões em pesquisas coroadas de êxito, ao constatar, no ano de 2005, a ocorrência de petróleo e, em 2006, a ocorrência de gás na área.

Portanto, a Agência Nacional de Petróleo se contradiz ao reconhecer tecnicamente as presenças de jazidas e, logo em seguida, ignorá-las em proveito de pesquisas ainda a serem demonstradas, com óbvio dano, insisto, para a economia do Nordeste, em especial dos dois Estados a que me refiro, o Estado que represento, Pernambuco, e também o da Paraíba, aqui representado pelo nobre Senador Roberto Cavalcanti.

Sr. Presidente, no caso da recusa à bacia Pernambuco-Paraíba, a gravidade do erro da referida decisão aumenta diante da anterior decisão federal de anunciar a construção de uma refinaria da Petrobras em Suape. Portanto, disponível imediatamente para a refinação de produtos extraídos das jazidas situadas em suas imediações.

Concluo minhas palavras, registrando, mais uma vez, meu apelo ao Governo Federal para que reveja a exclusão da bacia Pernambuco-Paraíba do plano de prospecção da Petrobras ou do plano de prospecção de empresas outras que se habilitem, e apelo, mais uma vez, também para que a ANP e o Conselho Nacio-

nal de Política Energética revejam tão surpreendente e insólita conduta.

Era o que eu tinha a dizer.

Agradeço a V. Ex^a o tempo que me foi concedido.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, o Senador Roberto Cavalcanti.

(Pausa.)

O Sr. Roberto Saturnino, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Roberto Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. PRB – PB) – Concedo a palavra ao nobre Senador Roberto Saturnino, que presidia esta sessão.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Roberto Cavalcanti, Sr^{as} e Srs. Senadores, tenho aqui, ultimamente, escutado com atenção vários pronunciamentos, discursos de Senadores que fazem oposição ao Governo do Presidente Lula e que são representantes do Nordeste, reclamando com certa insistência da ação governamental naquela Região, que é onde se concentra a parcela mais pobre da população brasileira. Melhor dizendo, não reclamando da ação, mas da falta de ação do Governo ou da ausência de investimentos governamentais naquela Região.

Ora, Sr. Presidente, a opinião que eu não tinha como contestar com maior profundidade, com conhecimento equivalente aos que assomavam à tribuna, representando a Região, contrastava muito com a opinião da população da Região que, por todas as pesquisas apresentadas à Nação, revela uma preferência extrema, uma preferência muito acentuada, pelo candidato Luiz Inácio Lula da Silva na disputa eleitoral que se avizinha. E um juízo do Governo entre bom e ótimo, também com percentuais muito elevados. Quer dizer, uma opinião que contrasta, frontalmente, com todos os pronunciamentos queixosos – e muitos – que ouvi aqui atentamente, sem, como eu disse, contestar, dada a diversidade e a disparidade de conhecimento entre os Senadores daqueles Estados e eu, que represento um Estado do Centro-Sul. De qualquer forma, era difícil entender a contradição entre a opinião desses Srs. Senadores e a opinião do povo que, como eu disse, era bastante favorável.

Para explicar, seria necessário fazer o julgamento, aquele julgamento que hoje está ultrapassado, mas que foi comum no passado, principalmente nas nossas elites, de que o povo não tem capacidade de julgamento, o povo é tolo, o povo é pouco inteligente, é

ignorante e não é capaz de formar juízos adequados. Infelizmente, ainda existe alguma parte da nossa elite que pensa dessa maneira, mas não é o caso dos atuais Senadores nem da maioria da população do Brasil. Não havia como explicar, até que, na edição de ontem, **O Globo**, um jornal prestigioso, de grande tradição e seriedade, apresenta uma matéria de quase uma página, mostrando exatamente que o Nordeste recebe por ano R\$30 bilhões do Governo Lula. “Repasse de verbas públicas para a região explicariam a enorme vantagem de Lula nas pesquisas com nordestinos”.

Neste caso, Sr. Presidente, refaz-se a ligação entre os fatos e a opinião da maioria da população. Não vou ler toda a matéria, apenas alguns trechos. Começa dizendo o seguinte:

Região estratégica para os dois principais candidatos à Presidência, Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Geraldo Alckmin (PSDB), o Nordeste, com 27% do eleitorado brasileiro, transformou-se no fiel da balança nesta eleição. Levantamento dos investimentos federais nos Estados nordestinos mostra que o Presidente Lula tem cerca de 65% da preferência dos eleitores da região [isto é, dois terços, aproximadamente; é uma preferência, como eu disse, muito acentuada. E vejam qual a explicação.]: o governo federal despeja por ano na região cerca de R\$30 bilhões.

No Palácio do Planalto e no comando da campanha tucana, que prioriza hoje a região na busca por votos, assessores reconhecem que a ação direcionada do governo petista para o Nordeste é o segredo da vantagem de Lula.

Adiante, diz **O Globo**:

Segundo o ex-ministro da Integração Nacional Ciro Gomes, um dos membros da equipe que elaborou o programa de Governo “Desenvolvimento, distribuição de renda e educação de qualidade”, o Presidente pedirá votos assumindo o compromisso de levar adiante projetos de estímulo ao crescimento econômico da região.

“O Presidente Lula investiu no social [já são declarações de Ciro Gomes] e no desenvolvimento do Nordeste. As coisas estão saindo do papel; e vão avançar mais no segundo mandato” – disse Ciro Gomes.

Mais a frente, diz **O Globo**:

De forma discreta, o Banco do Nordeste (BNB) vem assumindo o papel da extinta Sudene no fomento da região. Somente de recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), a região recebeu no

ano passado R\$4,2 bilhões e a projeção para este ano é de R\$4,5 bilhões. Esse é um valor bem superior aos R\$254 milhões registrados em 2002 [quer dizer, as aplicações na região decuplicaram, foram multiplicadas por dez]. Esse montante vai para os financiamentos dos grandes empreendimentos da região.

Aí há uma listagem dos grandes empreendimentos, referindo-se ao Porto do Pecém, ao Porto de Suape, à Ferrovia Transnordestina, ao Estaleiro Atlântico Sul, à Refinaria do Nordeste. Quer dizer, há uma série de grandes projetos e de grandes programas sendo desenvolvidos na Região. Entre eles: Pronaf, R\$1,9 bilhões foram destinados para a safra de 2006/2007, para mais de 700 mil contratos; Bolsa-Família, R\$3,1 bilhões por ano, para mais de 5,5 milhões de famílias; construção de 138 mil cisternas ao custo de R\$195 milhões; Próagua Semi-árido, investimento de R\$231 milhões em 600 quilômetros de adutoras; habitação, de janeiro de 2003 a junho de 2006, foram R\$5,4 bilhões beneficiando 497 mil famílias; saneamento básico, de janeiro de 2003 a junho de 2006, R\$3,36 bilhões; auxílio-gás; crédito ao agronegócio; Fundo Constitucional do Nordeste; crédito disponibilizado para empresas; pequena empresa; microcrédito. Enfim, há uma relação substancial de programas e investimentos na Região que, agora sim, explicam a grande preferência do eleitorado pelo candidato Luiz Inácio Lula da Silva, por se tratar de uma resposta a uma presença do Governo no local, o que nunca existiu! É mais uma demonstração de que o Governo Lula está procurando dar a resposta à grande doença do nosso País, o Brasil: a disparidade de renda, a injustiça social e a desigualdade regional, inclusive.

Sua Excelência é um nordestino originário da Região que veio fazer a vida em São Paulo e não quer que essa migração continue devido ao desespero, por desesperança dos moradores com relação à Região. Então, desenvolve uma série de programas que vão reduzir drasticamente uma das grandes falhas do Brasil de hoje, uma das grandes mágoas do povo brasileiro, uma das grandes faltas dos projetos de desenvolvimento que elevaram o Brasil a uma condição de potência industrial média, como a que tem hoje, mas que não atacaram o problema da pobreza, da desigualdade, da distribuição de renda. Pela primeira vez, um Governo está consistentemente enfrentando, atacando e procurando estabelecer programas que visem a resolver essa dramática situação, a esse quadro dramático de injustiça e de desigualdade do Brasil de hoje.

Sr. Presidente, isso explica uma série de fatos políticos que estão ocorrendo e que são da maior importância.

Estamos vendo o País mergulhado em uma crise de segurança muito grave que exige uma ação governamental eficaz, mas que exige também cooperação federal e estadual que, infelizmente, em alguns Estados, não tem acontecido, como no meu Estado, no Rio de Janeiro, e não aconteceu por “desventade”, por rejeição da Governadora. Agora, em São Paulo, está-se dando a mesma coisa. Portanto, é necessária a cooperação. Não é necessária a presença para que o Governo Federal dê solução a esse problema, visto que envolve todas as esferas de Governo, mas é fundamental que haja cooperação, que haja um entendimento, que haja a superposição de forças capazes de enfrentar esse grave problema. Mas, por detrás disso, há o problema social, e enquanto esse problema social não for resolvido – e ele não é resolvido a curto prazo e, sim, a longo prazo, mas é preciso que inicie a sua solução –, também o problema da segurança não vai poder ser resolvido a contento. Pode haver uma melhoria momentânea porque se aumenta a eficiência policial, mas, logo adiante, essa eficiência policial vai ser ultrapassada pela reação popular à injustiça social que grassa no nosso País desde os tempos coloniais, desde os tempos da escravidão.

Mas o País encontrou um Governo que deu prioridade a essa questão social. E digo mais: tivemos governos que adotaram a tese de que era preciso crescer para, depois, distribuir o bolo; mas estamos observando no Governo Lula quase que uma proposição contrária: é preciso, primeiro, distribuir o bolo, para, depois, crescer com estabilidade, com força suficiente na base de sustentação da economia, que é a economia popular, o mercado interno, enfim, o conjunto de pequenas empresas brasileiras; e isso é o que está acontecendo.

Os financiamentos destinados à agricultura familiar e ao microcrédito, os financiamentos para o desenvolvimento da atividade pequena e do pequeno negócio e os investimentos sociais atuam, sim, sobre a distribuição diretamente, transferindo renda, criando demanda para o crescimento de empresas que atendam à necessidade do brasileiro, do mercado interno e do grosso da população brasileira que não tem recursos para ir ao mercado e que passa a tê-los. Então, isso está transformando a estrutura social e econômica do País, criando condições para um crescimento e este, sim, será sustentado e sólido, porque baseado numa sólida e compacta sustentação de demanda por parte das classes menos favorecidas.

É importante reconhecer isso e é igualmente importante o povo querer conduzir a um segundo mandato esse Presidente que, pela primeira vez, deu prioridade ao social, à distribuição e não ao crescimento do bolo para distribuir depois. É uma mudança de atitude que

não prejudica a afirmação da economia nacional e de sua soberania porque, do lado da política externa e da afirmação soberana do Brasil, as ações do Governo Federal – que não vou aqui comentar – têm sido efetivas no sentido de dar ao Brasil condições de respeitabilidade, acatamento e consideração internacionais, que nunca teve e que agora está tendo.

De forma, Sr. Presidente, que vamos acreditar no julgamento popular, porque tem uma base de sabedoria, que é o reconhecimento da nova direção política deste País, que não tem o propósito de se confrontar nem de prejudicar quem quer que seja politicamente, mas de realizar o compromisso máximo que assumimos, que é o de enfrentar com eficácia e com prioridade absoluta a questão social, a questão da justiça, que esteve relegada a um plano tão subsidiário nesses últimos tempos.

Sr. Presidente, faço esse pronunciamento com base em matéria publicada em **O Globo**. Não são informações tendenciosas, porque se trata de um jornal respeitado e até de linha política conservadora, portanto, sem propósito político de favorecer candidato A ou B. A matéria mostra uma realidade importante que o povo de todo o Brasil deve conhecer, pois está interessado na redução das diferenças regionais, para que os brasileiros do Nordeste tenham condições de realização em sua vida individual e familiar na Região, em vez de migrarem para o Centro-Sul em busca de oportunidades que não existem lá.

Sr. Presidente, entendia que devia fazer esse pronunciamento. Estou me valendo de informações que li na imprensa. Muitas vezes, não possuímos os detalhes das informações de natureza técnica. Por exemplo, em relação ao que se referiu há pouco o Senador Marco Maciel, aparteado por V. Ex^a – a exclusão das bacias de Pernambuco e da Paraíba na licitação da ANP –, não tenho como responder, porque é um assunto técnico. Suponho que haja razões técnicas que determinaram essa exclusão. Até compreendo a exclusão do meu Estado e conheço as razões. Lamento profundamente, porque tenho de dar prioridade aos interesses do Rio de Janeiro, mas entendo as razões que determinaram sua exclusão. A política da ANP e das autoridades que cuidam da energia e do petróleo no Brasil é de buscar, com os recursos disponíveis, o jazimento de gás e de petróleo leve, e a bacia do meu Estado é toda de petróleo pesado. Então, entendo que ela tenha sido posta, neste momento, em compasso de espera para que, com os recursos de que a Petrobras e as outras companhias licitantes dispõem, encontrem-se mais gás e petróleo leve.

No entanto, pelo que sei, nas bacias de Pernambuco e da Paraíba o petróleo não seria pesado, seria

leve. Suponho que haja outras razões técnicas determinantes que não tenho condições de contestar. Mas escutei com atenção e vou procurar me informar para secundar a voz dos Senadores que estão pedindo a revisão da licitação. Também colocaria minha opinião e meu apelo para que haja uma revisão, porque não creio que haja razões como as que excluíram, infelizmente, lamentavelmente, meu Estado dessa licitação.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O Sr. Roberto Cavalcanti, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Roberto Saturnino.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – O próximo orador inscrito é o Senador Roberto Cavalcanti, a quem concedo a palavra.

O SR. ROBERTO CAVALCANTI (PRB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estou aqui em função de um tema extremamente interessante, o lançamento do livro **A Trajetória de Octavio Frias de Oliveira**, da **Folha de S. Paulo**, hoje, 14 de agosto de 2006, na cidade de São Paulo. É um trabalho de autoria de Engel Paschoal, produzido pela Mega Brasil Editora.

Poderíamos perguntar: por que Roberto Cavalcanti, da Paraíba, para abrir um tema como este ou para falar sobre um livro com essa abordagem do grande Octavio Frias? Por ser empresário da área de comunicação, uma área que domino há mais de 30 anos e da qual tenho grande alegria de participar, e por entender a trajetória do homem público, do empresário Octavio Frias.

Sou admirador pessoal da sua trajetória, acompanho-o há anos e também sou leitor diário da **Folha de S. Paulo**, jornal que se consagrou no Brasil. Então, na época, na minha Paraíba, era o jornal de minha cabeça, do meu dia-a-dia.

Como Senador da Paraíba, talvez tivesse a obrigação de fazer meu pronunciamento a respeito do jornalismo, destacando a figura paraibana fantástica de Assis Chateaubriand. Essa seria a lógica, porque ele foi duas vezes Senador, uma pela Paraíba e outra pelo Maranhão, foi pioneiro da grande imprensa nacional, alma do Grupo Associados, do qual hoje faz parte o **Correio Braziliense**, que honra a imprensa brasileira. Na verdade, fica o compromisso de voltar a esta tribuna para falar um pouco sobre Assis Chateaubriand. Não poderia fazer diferente, já que antes falarei de um carioca paulista, o Octavio Frias.

Também poderia falar sobre grandes ícones e personalidades da imprensa paraibana. Talvez pudesse falar sobre Roberto Marinho, das Organizações

Globo, sobre Vitor Civita, do Grupo Abril, de Maurício Sirotsky, do Grupo Rede Brasil Sul, bem como qualquer outro mestre da imprensa brasileira nessa área, como é o caso do Júlio Mesquita do jornal **O Estado de S. Paulo**.

Peço ao nobre Presidente, Senador pelo Rio de Janeiro – considerando que Octavio Frias nasceu em Copacabana –, para falar em seu nome de uma personalidade que, na verdade, é um carioca paulista. Também peço licença aos Senadores de São Paulo, para, como paraibano, falar sobre um ícone do jornalismo de São Paulo, da **Folha de S. Paulo**. A grande atividade empresarial do Octavio Frias, toda a sua trajetória empresarial se consolidou no Estado de São Paulo.

Portanto, tentarei falar um pouco da minha percepção, como empresário da área, do que vejo e do que tive o privilégio de ler deste trabalho que hoje está sendo lançado na cidade de São Paulo.

Percebe-se que sua origem é de família tradicional, porém lutou com dificuldade. A base é de família tradicional, mas teve um início de vida de muita dificuldade. Essas dificuldades, talvez, tenham sido uma das características que formaram o DNA do jornalista e empresário Octavio Frias. Essas dificuldades iniciais estão relatadas neste trabalho de forma muito interessante. Eu diria que as pessoas que têm uma boa base familiar, mas que têm dificuldade, conseguem enxergar o que é bom e, com as suas próprias mãos, conseguem, lá na frente, fazer com que esses sonhos, fruto do trabalho, se materializem.

O biógrafo citou, como um dos pontos marcantes da vida dele, a época em que, ainda garoto, ele ia à casa de um tio da mãe chamado Jorge Street. O pai o acompanhava. Na garagem da casa desse tio, ele via três belos carros, e ele voltava para a casa de bonde.

Essa imagem ficou na cabeça desse menino, que, depois, conseguiu transformar-se em grande empresário. Essa é uma característica das pessoas que buscam a ascensão social com muito trabalho, com muita garra, com muita competência.

Talvez um dos pontos mais marcantes, para mim, deste trabalho tenha sido exatamente a capacidade que ele tinha de enxergar as coisas boas sem invejá-las, mas, sim, projetando-as para que, no futuro, ele as tivesse.

Um outro ponto que também é interessante ressaltar, num determinado momento da sua trajetória – e esta é a boa trajetória do empresário, porque o empresário que não passa por dificuldade não é um bom empresário –, segundo o biógrafo, é que ele “caminhava com as mãos no bolso”, pensando: “Estou sem dinheiro, sem mulher, sem nada, partindo da es-

taca zero”. São os revezes que fortalecem a alma do grande empresário e que traduzem a resistência às adversidades de quem quer trilhar o caminho do empreendedorismo.

A imprensa é diferente de outros segmentos, que têm um produto definido, que têm uma linha de produção constante. A comunicação requer extrema habilidade por parte dos empresários, em termos de dosar o seu comando, em termos de comandar. Em se tratando de comunicação, deve-se permitir que os outros pensem, ouçam, para, então, decidir. E isso está muito bem estabelecido na trajetória do empresário Octavio Frias, cujo perfil é simples e sincero. Isso está relatado pelo jornalista Clóvis Rossi, que testemunha: “Ele não faz pose de grande empresário. É o sujeito mais comum que se possa imaginar, mas tem um fascínio fora do normal pela notícia”.

Essa é a característica do empresário e jornalista. A notícia sempre o fascinou, sempre o encantou, razão pela qual conseguiu construir um órgão com o gabarito, com a consistência da **Folha de S. Paulo**.

A revista **Veja** desta semana, ao analisar o livro, traz uma frase: “Não parece haver ninguém menos interessado na automitificação. Sua sinceridade é uma delícia”.

Ele é um homem simples. Pela sua trajetória de vida, poderia ser uma pessoa encastelada em um império de comunicação, mas ele é o antímio, é a pessoa que cultua a simplicidade, característica do grande empreendedor. O grande empreendedor não é aquele que se ufana pelo que faz, e, sim, o que tem dentro de si o desejo de empreender.

Há também um testemunho belíssimo da sua filha Maria Cristina: “O dinheiro nunca representou luxo nem coisas supérfluas. Ele tem uma vida muito espartana”.

É exatamente isso. Percebe-se que grandes empresários da estirpe do Dr. Octavio Frias conseguem ser simples mesmo comandando um império como a **Folha**.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA)
– V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ROBERTO CAVALCANTI (PRB – PB)
– Pois não, nobre Colega.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA)
– Quero associar-me às suas palavras em relação a Octavio Frias de Oliveira. Ninguém merece homenagem mais do que esse homem, que, aos 94 anos, parece que tem 70, dada a sua atuação e a sua cabeça tão bem organizada. Ele exerce um comando não só nas suas empresas, mas também, em grande parte, na política nacional, pelo seu patriotismo e pelas suas altas qualidades públicas. Eu gostaria, portanto, de me associar não só à **Folha de S. Paulo**, mas principalmente a Octavio Frias, no elogio que V. Ex^a faz a ele; ao livro que vai agora sair, que deve ser extremamente interessante, porque poucas vidas no Brasil foram tão interessantes como a de Octavio Frias de Oliveira.

Daí por que quero me congratular com V. Ex^a pela sua competência em tratar de um assunto como esse. Em nome do Senado, agradeço o trabalho de Frias de Oliveira na **Folha de S. Paulo**.

O SR. ROBERTO CAVALCANTI (PRB – PB)
– Quero agradecer o aparte de V. Ex^a e endosso as suas palavras.

Há um episódio na vida desse jornalista que, com a pequena experiência de empresário, eu gostaria de mostrar. Trata-se exatamente do lado do empresário de imprensa e da habilidade que esse empresário tem de ter. Há um trecho na sua trajetória que relata o seguinte: em 1965, período marcado pela censura e por grandes adversidades advindas da Revolução de 1964, o Dr. Octavio contratou o jornalista Cláudio Abramo, que tinha acabado de sair de **O Estado de S. Paulo**, por entender que ele seria de fundamental importância. O empresário tem sempre essa visão. Ele está de fora olhando quem é bom em cada lugar, e sempre cobiça crescer, qualitativamente, as suas empresas. Esse era o perfil de mais um profissional da competência de Cláudio Abramo à época.

Ele o contratou, mas teve de se submeter – é muito curioso isso, Sr. Presidente; um empresário de comunicação, às vezes, tem de seguir certas regras, ele tem de entender a sua editoria, ele tem de entender a sua empresa – ao seguinte: como empresário, ele contratou o jornalista, mas não pôde colocá-lo na sua empresa.

Em um outro segmento, isso não é discutido. No segmento industrial, por exemplo, um empresário contrata um gerente, e esse gerente, por bem ou por mal, é imposto a uma equipe. No jornalismo, não; isso é diferente. O mundo do jornalismo é feito pelo jornalista, a empresa de jornalismo é feita pelos jornalistas.

Então, que sensibilidade ele teve como empresário? Ele não se confrontou com o seu corpo editorial; aceitou a restrição momentânea para a contratação daquele jornalista e o colocou na Transaco, que era uma empresa também dele, chamada Transações Comerciais Ltda. Com isso, com a sua genialidade, ele criou o primeiro ombudsman do Brasil.

O Cláudio Abramo ficou trabalhando paralelamente para o Dr. Octavio na qualidade de ombudsman, reportando-se a ele e fazendo uma crítica diária no jornal.

Isso demonstra a sensibilidade empresarial no campo do jornalismo do grande empresário, no sentido de fazer com que ele não se confrontasse com sua equipe.

Em outro momento, também há uma passagem fantástica narrada nesse trabalho.

No início da Revolução, a **Folha**, o Dr. Octavio e sua equipe foram carimbados – é muito interessante como, na imprensa, às vezes, existe um carimbo, uma imagem – e considerados de direita. Com isso, precisaram até se entrincheirar, durante um período

do início da Revolução, na estrutura física da **Folha de S. Paulo**.

Tempos passados, durante a mesma Revolução, o Dr. Octavio e a **Folha** foram considerados anti-revolucionário e pró-abertura. Nesse momento, acontecia o inverso: a **Folha** era censurada e ameaçada de fechamento. l

Uma outra passagem fantástica narra o momento em que o Dr. Octavio recebeu a informação de que um jornalista, que escreveu uma matéria contrária aos interesses da Revolução, foi censurado e colocou, no lugar da coluna, um espaço em branco. Isso foi repetido por alguns dias. Então, ele recebeu um telefonema dizendo: “Se o senhor permanecer colocando essa coluna em branco, nós vamos fechar o seu jornal.”. Ele se reuniu com sua equipe e disse: “Não vamos ser pouco inteligentes e entrar em confronto. Vamo-nos adaptar à circunstância do presente.”. Essa é uma maestria, uma magia do empresário de comunicação.

Assim, ele fez com que o jornal, no dia seguinte, colocasse, no lugar, uma outra matéria, tirando aquele espaço em branco. Isso mostra a sua extrema sensibilidade.

No livro, há um relato do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, que disse, em seu depoimento:

“Frias recolheu algumas velas, mas não mudou o rumo.”. É exatamente essa a imagem, muito preciosa, porque ele, como empresário, não alterava o que pensava. Ele não saía do seu rumo. Ele, na verdade, em função de uma momentânea tempestade, deu uma reduzida nas velas, mas continuou no seu rumo.

Talento e visão do empresário também são pontos extremamente merecedores de destaque. Em meados de 1950 – estamos falando de uma época anterior à construção de Brasília –, contratou o genial arquiteto Oscar Niemeyer para projetar o edifício Copan, que, ainda hoje, é um marco urbano da arquitetura de São Paulo. Isso mostra como ele era um homem de extrema visão e de percepção de futuro.

Também a ele cabe – dentro dessa sua percepção de futuro e de sua extrema visão – a criação do Instituto DataFolha, exatamente porque percebeu que a pesquisa de opinião era fundamental para que trilhasse os seus caminhos, aferisse o comportamento da própria **Folha** e tivesse uma visão do que se passava, política e economicamente, no País.

Esse empresário, Octavio Frias, conseguiu, na década de 60, transformar uma empresa sem maior expressão no jornal de maior circulação do Brasil.

Não é fácil! À época a empresa estava em extrema dificuldade financeira e, assim, os primeiros momentos de comando do Dr. Octavio à frente da **Folha** foram destinados a fazer com que a empresa se recuperasse economicamente e, em seguida, adquirisse a pujança editorial que tem até hoje.

Há um depoimento muito interessante do Deputado e ex-Ministro Delfim Netto, que resume bem a visão de mundo do empresário: “O Frias sabe que a

independência é primeiro financeira.”. É exatamente isso. Em comunicação, se não houver uma independência financeira, a empresa não terá vida própria e capacidade de usufruir a liberdade tão necessária para atender os anseios da comunidade.

Os pontos básicos que se percebem na trajetória econômica e no perfil empresarial do Dr. Octavio são: dar sustentação à empresa, mediante a independência; ter independência editorial com sustentação financeira; não dever a bancos; e reinvestir todos os ganhos. Em toda a trajetória dessa história, o que se percebe é o empresário, juntamente com seu sócio à época, reinvestindo 100% dos lucros. É isso o que fazem o empreendedor e o bom empresário.

Outro relato interessante é trazido pelo engenheiro Pedro Pinciroli, ex-vice-presidente do grupo **Folha**, o qual afirmou que, por “recomendação do Frias, não se recorria a bancos nem para a compra de papel-jornal.”. Todos sabemos que papel-jornal é o maior insumo de uma empresa de comunicação, mas nem para isso ele gostava de recorrer a bancos.

“Essa posição econômico-financeira sólida permitiu um jornalismo independente.”.

A trajetória do Dr. Octavio é uma aula de determinação, de obstinação, de perseverança, de paciência, de escolha do momento para o recuo e para o avanço. Isso ele fez, durante toda a sua vida empresarial, com grande maestria.

Insistir, insistir, ter devoção ao trabalho – característica também marcante da trajetória desse homem público e empresário de grande expressão.

O jornal tem sabor, tem gosto.

É uma coisa interessante, Sr. Presidente. Fazer jornal não é fácil, pois não se trata de um produto que se possa testar. Fazer jornal é fazer um produto novo, inteiramente novo, a cada dia. Não há tempo de se fazer teste; não há tempo de se fazer protótipo e de testá-lo. Um jornal é feito inteiramente novo a cada dia. E não é fácil fazer um jornal com a qualidade editorial e a constância técnica da **Folha de S. Paulo**.

O momento atual político só existe graças à liberdade de imprensa. Não teríamos a divulgação de mensalões, sanguessugas ou outros tipos de denúncias sem que houvesse uma imprensa livre.

São os novos tempos. Quem não entender que o Brasil mudou pagará o seu preço.

Octavio Frias, ao concluir a realização do seu sonho com relação ao Grupo Folha, afirmou:

“Não me arrependo de nenhuma decisão que eu tomei. Faria tudo igualzinho.”.

Para finalizar, Sr. Presidente, eu diria: que bom desfrutar em vida, esta vida vivida que é a trajetória de Octavio Frias de Oliveira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Senador Roberto Cavalcanti, a Mesa se associa à substância do pronunciamento de V. Ex^a, que

enalteceu, com justeza, os dados biográficos do nosso grande jornalista Octavio Frias de Oliveira.

Concedo a palavra ao próximo Senador inscrito, Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr. Senador, sei que V. Ex^a fica triste quando vê o plenário vazio. Também eu. Mas isso, infelizmente, nesta época eleitoral é comum.

Quero, em primeiro lugar, tratar da visita do Presidente da República à Bahia. Sinto que V. Ex^a esteja na Presidência, porque não posso deixar de cumprir o meu dever como V. Ex^a está cumprindo o seu. Mas entendo que se V. Ex^a estivesse na bancada certamente divergiria de mim nas opiniões. Quero fazer essa ressalva em abono a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Agradeço- lhe muito. Realmente é uma ressalva necessária, que corresponde ao caráter de V. Ex^a.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Muito obrigado.

O Presidente Lula marcou viagem para Salvador e, infelizmente, a viagem dele foi um fracasso total. Um fracasso! A ponto de ele, no comício – esperava-se que fossem 10 mil pessoas –, na Praça Castro Alves, na praça do povo baiano, o Presidente da República, em dado momento, depois de dizer coisas inacreditáveis, zangou-se com o público, e disse: “Eu vou voltar aqui outra vez! Não com esse sol terrível que está aí, mas numa noite de lua, em que eu possa namorar”. É justo que o povo tenha ido embora para comer a sua feijoadazinha e não ficasse ali para ouvir discurso. É a confissão. Está aqui, Sr. Presidente, essa confissão.

Ele também atacou um deputadinho da Bahia – não sei se era o Deputado Neto, se era o Deputado Aleluia, enfim, que são os críticos mais ferrenhos dele na Câmara Federal, ou se era Rodrigo Maia, mas este não é baiano –, e, então, o ataca pessoalmente; uma maneira estranha para um Presidente da República em um comício!

Mas ele já havia feito pior: ele queria acabar com a imunidade parlamentar. Sei que nem V. Ex^a nem o seu Partido desejam que a imunidade parlamentar acabe, quando muito que a regulamente. Mas ele quer acabar com a imunidade parlamentar porque aqui é onde se diz a verdade sobre as coisas que acontecem no Brasil, embora muitos o façam sem a autoridade indispensável, principalmente na Câmara dos Deputados, com os escândalos dos “valeriodutos” e dos “mensalões”. Mas só há corrupção quando o governo é corrupto. Se o governo não fosse corrupto, não haveria corrupção tão intensa, pelo menos no Brasil. E isso é uma coisa triste para o próprio Presidente da República, porque a corrupção parte do Palácio do Planalto. A corrupção vem, evidentemente, com o aceno do Palácio do Planalto. E ele próprio reconhece, mas reconhece se contradizendo: reconhece que demitiu José Dirceu; mas

o chamou de “querido amigo e eu não posso perder a sua companhia” etc.; demitiu Palocci; mas disse que Palocci “era seu irmão; eu preciso de você, Palocci, toda vida, porque você é o meu companheiro de sempre!” Demitiu Waldomiro Diniz a pedido. Waldomiro Diniz, por intermédio da televisão, foi flagrado roubando, recebendo dinheiro. E ele o demitiu a pedido. Não foi ele que o demitiu; foi Waldomiro que pediu. E assim todos os outros. Humberto Costa, quando tratamos de sanguessuga – e é bom que se trate desse assunto, o do sanguessuga –, Humberto Costa não foi sequer ouvido ainda. Acho que os sanguessugas têm de ser punidos sim. Mas, evidentemente, tem que ver a causa, a raiz de tanto sanguessuga. E a raiz é o Ministério da Saúde. É no Ministério da Saúde que isso ocorre. Já disse aqui – e muitas vezes – que o Ministério da Saúde era dirigido por um vampiro num banco de sangue. Isso se confirmou. Mas, evidentemente, o Presidente da República diz que é ele que faz a moralização. Porque o Governo é tão desmoralizado é que há tanta ação da Polícia Federal e do Ministério Público. Ora, o Procurador-Geral da República, um homem de bem, e que foi indicado por ele – aliás, devo dizer que as indicações dele, não só no Ministério Público, como nos Tribunais Superiores têm sido corretas –, indicou quarenta pessoas ligadas ao Governo, achando que aquilo era uma ação criminoso e não poderia continuar.

Mas as provas, Sr. Presidente, vão se avolumando.

Nesse ínterim, acontece o fato de dois entrevistadores da Rede Globo, William Bonner e Fátima Bernardes, levarem o Presidente à loucura. V. Ex^a, que o conhece há muitos anos, sabe que ele jamais esteve naquela situação de nervosismo, porque estava mentindo. O próprio jornal **O Globo**, em uma página inteira – vejam as contradições –, diz: “Tenso, Lula erra e renega ações do passado”. É uma página inteira de **O Globo**! Temos de fazer justiça aos entrevistadores, que foram duros com todos os candidatos. O Presidente da República, no Palácio da Alvorada, estava irreconhecível. Ele sempre gosta de quando perguntado sobre uma coisa falar outra; mas, nesta vez, ele não tinha nem como falar.

Realmente, em todas os assuntos, a indignação do povo brasileiro à posição do Presidente da República, que foi terrivelmente baixa.

Sr. Presidente, não sei se é essa a razão de ele estar fugindo dos debates. Ele provou, naqueles minutos em que passou, sozinho, com os entrevistadores. Os entrevistadores que merecem o aplauso da Nação pela coragem que tiveram, quando todos nós ficamos na dúvida, pois a entrevista ia ser no Palácio da Alvorada, isso já era uma vantagem para o Presidente, porque poderia, o entrevistador, ficar com medo, com receio, mas, não, eles o entrevistaram bem, salvo quando – educadamente, certamente não quiseram lhe perguntar – o Presidente disse que “acontecem coisas na

família que a gente não sabe”. Realmente. Era o caso deles perguntarem ao Presidente: “E o caso do seu filho com a Gamecorp? O Senhor sabe?”. Aí, então, ele iria ao desespero. Nesse ponto, eles atenuaram e não fizeram a pergunta, que, evidentemente, foi-lhes à cabeça. Mas eles não quiseram praticar um ato que poderia humilhar o Presidente da República. Mas eu, aqui, posso: Presidente, resolva logo esse caso. Fale dos R\$15 milhões que a Telemar deu ao seu filho na Gamecorp. Fale!

Ficou terrivelmente mal a contradição do Presidente da República com o depoimento do Sr. Okamoto, que terá de voltar a este Congresso para dizer se ele faltou com a verdade ou se quem faltou com a verdade foi o Presidente da República.

O Presidente da República declarou que não devia nada ao PT, e o Okamoto disse aqui que pagou, em quatro prestações, a dívida do Presidente da República com o PT, que ele não havia pago. Há uma contradição terrível. Se quebrassem o sigilo bancário, isso ficaria claro, mas não houve quebra de sigilo bancário. **Data venia**, acho até que o Judiciário não agiu certo, porque tiraria essa dúvida completamente quanto ao Presidente da República.

Foram R\$29,6 mil, mas o Okamoto veio aqui, disse que conversou com o Presidente e que resolveu pagar, e o Presidente disse que nunca tratou com Okamoto, a não ser para dizer: não devo nada ao PT, não vou pagar coisa nenhuma. Foi o que todo o Brasil ouviu naquela entrevista.

Esse assunto, Sr. Presidente, não ficará assim. Posso garantir a V. Ex^a que nós vamos tratar deste assunto seja nesta legislatura, seja na outra. Em qualquer delas, este assunto tem de ser esclarecido, para que o Presidente da República não passe por mentiroso, e que o mentiroso é o Okamoto, ou então o mentiroso é o Presidente da República e o homem que falou a verdade é o Okamoto.

O Okamoto é Presidente do Sebrae, é o homem mais ligado ao Presidente da República, é o homem que não teve o sigilo bancário quebrado. Conseqüentemente, o Sr. Paulo Okamoto – cujo comparecimento na CPI eu pedi – foi lá e disse coisa totalmente diferente do Presidente da República. Quem está mentindo? Tenho certeza de que V. Ex^a deve achar que é o Okamoto, mas o Brasil precisa saber se o Okamoto é mesmo mentiroso ou não.

Quero dizer a V. Ex^a que esse assunto será tratado aqui nesta semana inteira, por mim e pelos meus colegas. Queremos desvendar esse mistério da ligação do Okamoto.

Sr. Presidente, a situação deste País é cada vez mais grave no que diz respeito à corrupção. O noticiário deste fim de semana destacou as declarações de desprezo do Poder Executivo ao Poder Legislativo por Lula, o que ele fez na Bahia e a fuga dos debates que começam hoje na TV Bandeirantes.

Não sei o que fará a TV Bandeirantes. O hábito era deixar uma cadeira vazia. Não sei se assim será, mas, se isso acontecer e se eu lá estivesse, eu saberia como agir. Não sei o que os outros candidatos farão, mas respeito tudo o que fizerem.

Vou pedir a V. Ex^a a transcrição de todos os editoriais.

“Desconversa”, editorial de uma gravidade enorme, da **Folha de S. Paulo**, de sábado. Peço a sua transcrição. É realmente gravíssimo, ainda mais quando surgem outros. O artigo de Jânio de Freitas, que é um jornalista que V. Ex^a admira, eu também e todo o Brasil. Jânio de Freitas diz: “Os bilhões do reino. Na sequência de revelações de corrupção, a atenção se prende aos personagens e se perde a noção dos valores”. E termina o com as seguintes palavras: “Extinguir as emendas do Congresso não soluciona. Mas a evasão de verbas orçamentárias precisa mais do que uma ou outra CPI, mesmo no reino da corrupção”.

Eu tenho na Mesa um requerimento – e o Presidente Renan Calheiros não é muito favorável a uma CPI, mas se disse favorável a transformar o meu requerimento, com as assinaturas indispensáveis para formar uma CPI, em uma Subcomissão para analisar a execução orçamentária. Isso será bom para todo mundo, inclusive para V. Ex^a, que não age da maneira que muitos do seu partido, meus colegas, do meu partido na Comissão de Orçamento.

A Comissão de Orçamento ou vai ser extinta ou será ela que vai desmoralizar o Congresso. Não são só os Congressistas, mas a Comissão de Orçamento, que, há muitos e muitos anos, não é de agora também, comete os pecados maiores. Daí por que apresentei uma proposta de orçamento impositivo, para ver se diminuíam os riscos dessa situação, mas não consegui. Não consegui, Sr. Presidente. É uma pena. Mas não perco as esperanças.

Vamos, primeiro, acabar essa Comissão de Orçamento, pedir ao Governo que mande o orçamento com antecipação. Fazer orçamento sério, em que o Governo fixe a receita, e possamos modificar aqui e ali, mas não com essas emendas individuais, que muitas vezes criam problemas gravíssimos.

Ora, no Ministério das Cidades, avalio no Rio de Janeiro, mas, na Bahia, Deputados conseguem R\$32 milhões para um município, R\$9 milhões para outro, no Ministério das Cidades. E entregam ao prefeito, que não faz a obra.

Já disse, V. Ex^a não estava aqui, acredito, que, para fazer um viaduto em cima de uma BR, a mais importante da Bahia, e esse assunto V. Ex^a conhece bem, até por tradição. Quero dizer que sobre uma BR a Prefeitura de Simões Filho vai fazer um viaduto que custará R\$32 milhões. Mas vai entregar ao Prefeito R\$9 milhões. O resultado, segundo pesquisa de hoje – e haverá outra ainda, à noite, do Ibope –, já mostra que Paulo Souto está com 57% e Jacques Wagner com 13% ou 14%.

Veja V. Ex^a que esse recurso vai beneficiar o prefeito e aquelas lideranças políticas corruptas. Mas, se isso tudo não mudar no Brasil, evidentemente vamos passar mal. V. Ex^a até seria a pessoa indicada para ajudar na mudança. Infelizmente, V. Ex^a não é candidato.

Precisamos formar um grupo para dar seriedade aos trabalhos do Congresso, para que a corrupção não continue, como diz **O Estado de S. Paulo**, que chama o mar de lama petista de “monstruosa metástase”, comparando a corrupção a um câncer que se espalhou pelo Governo. Foi em **O Estado de S. Paulo**, cuja transcrição peço aqui.

Antônio Ermírio de Moraes, em artigo na **Folha de S. Paulo**, diz que “a corrupção tornou-se sistêmica e atingiu toda a máquina pública”.

Antonio Ermírio de Moraes é um dos homens mais credenciados do País, um empresário vitorioso, mas crê que o País está todo corrupto. Quando o Governo é corrupto, todo mundo se corrompe. A corrupção vai do contínuo ao Presidente da República! Isso é que precisa acabar, Sr. Presidente!

Não é coincidência que Lula tente desmoralizar o Congresso. Todos sabemos das denúncias que foram apuradas por insistência do Legislativo em instalar as Comissões de Inquérito. Graças ao Congresso, ao Tribunal de Contas da União e ao Ministério Público, as denúncias têm sido investigadas, e os suspeitos, indiciados. Não é ele, somos nós – não todos, mas somos nós –, muitos, que lutamos aqui por isso.

Lula tentou dizer, no Jornal Nacional, que agiu na defesa do interesse público. É o contrário: nunca agiu assim! Calou-se sobre as denúncias! Era a oportunidade que tinha de defender-se e de defender seu Governo. Hoje, acuado como está, mente, quando diz que afastou, como salientei no início, seus apaniguados.

Quero dizer a V. Ex^a, Sr. Presidente, que, para protegerem Lula ou para que ele se proteja, tentam achincalhar e calar o Congresso Nacional. O Congresso tem defeitos? Tem. Ele tem mensalões? Tem. Ele tem valerioduto? Tem. Ele tem sanguessugas? Tem. Vamos estirpá-los. Mas não é o Congresso! Isso ofende todos nós, inclusive aqueles que nada têm com essas façanhas que se acumularam, ao longo do tempo, no Governo do Presidente da República, para se fazer uma maioria instável, que, aqui no Senado, não consegue passar nada, quando nós não queremos. E não vamos querer que passe coisa alguma, quando ele perversamente retira 16% dos aposentados!

Ele pode usar o Aerolula, até mesmo em campanha; pode usar os Viscounts – não são os Viscounts, mas os Boeings agora, pois Viscounts são coisas do passado. Mas ele usa os Boeings a toda hora, pagando preço muito reduzido. Suas comitivas são enormes, seus Ministros viajam para todos os comícios! Eu, aliás, gosto quando os baianos vão para lá, porque eles são malvistos e derrubam o candidato do Governo. Estavam lá Gilberto Gil, Dr. Waldir Pires, Jaques Wagner, Nilcéia Freire, e havia mais gente. Mas todos

esses foram lá. Lula até nem os deixou falar, para não piorar a situação.

Sr. Presidente, as coisas são muito graves! Não é amordaçando esta Casa que esta tribuna – eu já disse – vai ficar vazia. Muitos virão aqui, aconteça o que acontecer. Eu, por exemplo, repito o que disse no tempo ainda do Sr. Presidente Fernando Henrique: ninguém cala a minha voz. Só Deus poderá fazê-lo! Só Deus o fará quando achar que é conveniente minha saída da vida pública. Estou aqui para um mandato conferido pelos baianos e a eles presto contas. A eles, à Bahia e ao Brasil, presto contas. Nós não podemos viver essa situação.

É muita coincidência, depois do debate do Presidente da República com os entrevistadores de **O Globo**, o seqüestro de dois jornalistas, no domingo. Um deles, não sei se já foi solto... Um deles foi solto, e acho que o outro ainda está preso – pelo menos, até a manhã de hoje, estava preso. Quero dizer a V. Ex^a que é coincidência o PCC fazer isso depois da entrevista de **O Globo**. É “coincidência”, talvez aspeada.

Isso não pode ficar sem a revolta da sociedade. Aliás, sobre esse assunto, também vou pedir a transcrição, totalmente imparcial, de um artigo de Dom Geraldo Majella Agnelo, Presidente da CNBB, Cardeal Arcebispo Primaz da Bahia, figura notável do Clero brasileiro, sensata, que não faz alardes, mas que tem sempre em vista a vida da sociedade brasileira, principalmente dos mais carentes. Ele faz um artigo intitulado “São Paulo, cidade sitiada”. Realmente, esse artigo precisa ser lido. É pena que eu não tenha mais tempo nesta tribuna. Não posso abusar da bondade de V. Ex^a. Peço a transcrição desse artigo, absolutamente certo de que ele vai servir de meditação para o Governo e para a Oposição, para todos os que devem unir-se nesta hora!

Quero, portanto, dizer a V. Ex^a que o Presidente da República, apesar das pesquisas, vive um momento infeliz. Ouvi, há pouco, o discurso de V. Ex^a. Se aqui estivesse, não concordaria, mas tive a sorte de não estar aqui. V. Ex^a, agora, ouve o meu. Assim se faz a democracia, assim se faz o Parlamento. V. Ex^a expôs o assunto com propriedade, melhorou bastante a situação do Presidente, mas ela não é real, infelizmente. Não sendo ela real, peçamos a Deus que o pior não aconteça para o Brasil e que possamos ter um Presidente honesto, sério, digno, que acabe com a corrupção, com o valerioduto, com o mensalão e com os sanguessugas e que dê ao Brasil a dignidade que este País merece, nacional e internacionalmente!

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR ANTONIO CARLOS
MAGALHÃES EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

JANIO DE FREITAS

Os bilhões do reino

SÓ NOS DOIS episódios de corrupção mais destacados na semana, foi-se meio bilhão dos cofres públicos. E é só o começo, porque as investigações da Operação Sanguessuga ainda não apuraram quanto foi desviado nas 600 prefeituras conluídas com parlamentares federais e empresários do esquema. Nem se sabe ainda a quanto vão os R\$ 350 milhões, e os respectivos rateios, do golpe das compras governamentais de alimentos, motivo da prisão anteontem de 20 civis e 10 militares.

Na sequência de revelações de corrupção, nossa atenção se prende às personagens e às suas funções, mas a noção dos montantes em geral se perde ou nem se forma no roldão de mais e mais valores. E esse montante é, com toda a certeza, de muitos bilhões a cada ano, com a participação do que ocorre nas prefeituras, nos governos estaduais e no governo federal. A contaminação distingue pessoas, não faz diferença entre setores, seja qual for o seu nível, da administração pública no país todo. O monstro é muito maior e pior do que o seu rabo perceptível nos escândalos faz supor.

A reincidência da roubalheira com gastos públicos propostos ao Orçamento por parlamentares (as chamadas emendas), como foi a dos “anões” flagrados nos anos 90, não se limita às ambulâncias dos sanguessugas. Foi só mexer um pouco nas emendas desse esquema

Na sequência de revelações de corrupção, a atenção se prende aos personagens e se perde a noção dos valores

e logo apareceu outro tipo de golpe contra verbas orçamentárias: o deputado Fernando Gabeira —a cuja persistência por uma CPI já se deve a indicição de 72 parlamentares, e haverá mais— está denunciando, agora, o uso de emendas da corrupção a pretexto da compra de computadores e veículos, para o programa de “inclusão digital”. É uma descoberta a mais, porém ainda distante do que se passa no Orçamento.

Há mais de 15 anos, desde iniciado o governo Collor, não se lançam projetos de grandes obras públicas, o que levou as empreiteiras maiores e patrocinadoras de fraudes nas concorrências, e portanto de corrupção, a se voltarem para atividades como mineração, petroquímica, exportação, até coleta de lixo. A aprovação das verbas orçamentárias para grandes obras levava à distribuição de suborno alto a inúmeros deputados e senadores. Houve

os que chegassem a ter a campanha eleitoral bancada. Com o fim dos grandes projetos, a alternativa da corrupção orçamentária foi multiplicar o uso de verbas para o assistencialismo, caso das ambulâncias, e as obras de menor porte. Alvo mais fácil e mais numeroso: as prefeituras, mais de cinco mil. Assim se explica que a inclusão das emendas orçamentárias deixasse de exigir a existência preliminar de projeto e, liberado o recurso, a fiscalização do seu uso. Esta, sujeita só, em número proporcionalmente muito pequeno, à ocasional disponibilidade dos meios insuficientes do Tribunal de Contas da União.

Extinguir as emendas do Congresso não soluciona. Mas a evasão de verbas orçamentárias precisa de mais do que uma ou outra CPI, mesmo no reino da corrupção.

São Paulo, cidade sitiada

GERALDO MAJELLA AGNELO

SÃO PAULO, por muitas décadas, fora o sonho de consumo de muitos brasileiros. Sua capital representava tudo aquilo que uma pólis pode oferecer a seus cidadãos: segurança em todos os níveis. Assim, milhões de brasileiros, especialmente nordestinos, foram em busca da terra prometida, aquela mesma que um dia fora abençoada pela presença de José de Anchieta. Entretanto, passados os anos, percebemos que o antigo paraíso tornou-se terra de desolação.

Frente ao caos que tomou conta de São Paulo e está se reproduzindo no resto do Brasil, uma pergunta emerge do coração dos que desejam uma solução: onde está a raiz do problema? Em meio a tantas opiniões, fico com a maioria dos analistas sociais: está na injustiça, que, a meu ver, é um cancro que roí as entranhas da humanidade.

Creio que seja pertinente ouvir a voz de Jesus, que, vivendo num mundo dividido e violento, afirmou ter pena da multidão desolada, "cansada e abatida, como ovelhas sem pastor".

Inegavelmente, a existência da flagrante injustiça reinante no Brasil faz surgir novas lideranças, boa parte delas surgidas dos guetos gerados por essa mesma injustiça. Não adiantou nos fecharmos em condomínios, comprarmos câmaras para nos livrar do "inimigo", pois ele está no meio de nós; e nós subestimamos a sua inteligência. Ele aprendeu a corromper, a comprar pessoas e instituições; ele nos causa medo, pois atinge nossos filhos, atinge a todos nós, e agora ataca até mesmo a instituição criada para nos defender. Estamos reféns. Quem pagará nosso resgate?

Impressionou-me o depoimento de Marcolá, no qual disse que sua "escola" fora a dos exemplos vindos de poder: constituídos, corrompidos e

corruptores. Não terá ele razão? Essa escola não atingiu só o PCC; tem atingido toda a sociedade. Ser honesto passou a ser sinônimo de tolo, de débil mental. Mas não existe só essa escola apontada por Marcolá. Nós criamos muitas outras, e por elas caminhamos. Entretanto, chegou a hora de trilharmos novos aprendizados. Onde dormem nossos velhos insetos?

Se recordar é viver, temos que nos reportar à Roma Antiga, tão segura de sua nobreza. Ela foi quase des-

Frente ao caos que tomou conta de São Paulo fica uma pergunta: onde está a raiz do problema? Está na injustiça

governantes inaptos, defensores de seus interesses particulares. Homens que não conseguiam enxergar além do próprio nariz e, por isso, levaram à ruína o que fora construído pelo labor de muitos. E não foi preciso tanto para que os "bárbaros", povos não muito distantes, ingressassem, tomassem posse da terra pela violência e desolassem um povo aterrorizado. Roma é aqui! Brasília caminha para Banquí; e Rondônia resuscitou o morto Carandiru. A erva daninha tomou conta do jardim. Onde está o jardineiro?

Entretanto, dentro de nossas prisões residenciais, estamos reféns de todas as espécies de bandido e, pasmem, eles não estão somente nas frágeis prisões brasileiras, eles não são apenas constituídos de homens negros e pobres...

Penso que hoje não podemos apenas falar de pecado social. Há também um pecado estrutural, presente nas instituições governamentais mais representativas. E isso se faz notório quando percebemos que, mesmo enxergando a calamidade que está den-

cobrir o sol com a peneira, como se tivéssemos controle do tsunami que se formou no meio do oceano social. Precisamos lembrar que um autêntico estado de paz social não é apenas o resultado de um respeito formal às regras. É o fruto da convicção atecida dos valores que inspiram os procedimentos democráticos: a dignidade da pessoa humana, o respeito dos direitos humanos, do direito à segurança, do fato de assumir o bem comum como fim e critério regulador da vida pública.

Porém, estou convicto de que não chegamos ao fundo do poço. É possível, sim, vencermos o que hoje tanto nos entristece. Mas isso só será possível se revisarmos o caminho outrora percorrido. Precisamos atacar as consequências, sem deixar de penetrar profundamente nas causas, e essa revisão precisa ser geral, por parte de governo, igreja, quartéis, sociedade. Não há tempo para apontar culpados e vítimas. Todos somos culpados e vítimas — e, diria melhor, somos vítimas de nossas culpas.

Aos do PCC, a palavra de Jesus: "Guarda a tua espada; pois todos os que usarem a espada, morrerão por meio da espada" (Mateus: 26,52). Aos governantes: "Da conta de tua administração" (Lucas: 16,2). À população de São Paulo e do Brasil: "Eu vos deixo a paz; eu vos dou a minha paz" (João: 14, 27).

DOM GERALDO MAJELLA CARDEAL AGNELO, doutor em teologia com especialização em liturgia, arcebispo de Salvador (BA) e arcebispo titular do Brasil. É o presidente

Monstruosa metástase

Jamais havíamos vivenciado, em toda a história deste país, tamanho grau de degenerescência dos padrões de comportamento de pessoas no exercício do Poder, ou dos princípios e escrúpulos mínimos exigíveis no trato da coisa pública. A cada novo dia aumenta-nos o espanto – se é que ainda conseguimos nos espantar com algo vindo do espaço público-político caboclo – tanto em relação ao volume, à extensão das bandalheiras, quanto à diversidade formidável do tipo de falcatura cometida para, em última instância, roubar o contribuinte, o que, reconheça-se, não deixa de refletir um aspecto altamente negativo da criatividade que sempre distinguiu os habitantes destas plagas tropicais.

Agora, somando-se à megarroubalheira dos sanguessugas (que até parece deixar já distante no tempo a megaindeência dos mensaleiros) e os Poderes de Estado carcomidos gerais de corrupção, lá em Rondônia vêm à tona – por diferentes matérias publicadas na mesma página de nossa edição de quinta-feira – duas outras enormidades, que além de assalto ao erário têm em comum a criminoso predação do meio ambiente. A primeira é o caso do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), que pagou por uma fazenda R\$ 61,5 milhões a mais do que ela comprovadamente valia, conforme o apurado pelo Tribunal de Contas da União (TCU). E a segunda é o desmonte, pela Polícia Federal (PF), de uma quadrilha madeireira, quando 49 pessoas foram presas – entre elas 16 funcionários do Instituto Brasilei-

ro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e 1 procurador da República – acusadas de contrabando, corrupção, falsidade ideológica e formação de quadrilha, tendo como base a falsificação de Autorizações para Transporte de Produtos Florestais (ATPFs) – documentos emitidos pelo Ibama para transporte de madeiras extraídas de conformidade com as normas ambientais.

O plenário do TCU condenou o presidente do Incra, Rolf Hackbart, e mais quatro dirigentes da autarquia, a devolverem aos cofres públicos aquele montante, que representa a su-

Incra e Ibama também caem nas malhas de investigações

peravaliação em 455% da Fazenda Araupel, de 25 mil hectares, localizada em Quedas do Iguaçu, no Estado do Paraná. Tratou-se de uma desapropriação “às pressas”, realizada no final de 2004, para conter as pressões do Movimento dos Sem-Terra (MST), que havia invadido a área. O mais incrível é que, considerando que não se tratava de desapropriação, por julgar que a área era pública, o Incra resolvera pagar apenas pelas benfeitorias, o valor de R\$ 75 milhões. Mas o próprio laudo da empresa de consultoria contratada pelos proprietários dava um valor bem menor às benfeitorias, ou seja, R\$ 11,8 milhões, ou R\$ 13,5 milhões, considerando a atualização monetária. Outro laudo, de técnicos do próprio Incra, estimara as benfeitorias

em R\$ 44 milhões. A cúpula do Incra, porém, resolveu basear-se em estudo da Fundação Florestal do Paraná, que trazia quatro laudos diferentes. E por inexplicável generosidade para com os proprietários (à custa do dinheiro do contribuinte) optou pelo maior deles, justamente o de R\$ 75 milhões!

Nessa área – considerada um paraíso por biólogos e ambientalistas – foram assentadas 973 famílias (número que pode subir a 1.234), ao custo de R\$ 60,7 mil por família, o que, para o TCU, é quatro vezes maior do que o dos assentamentos em áreas próximas.

Já a Operação Isaias, da Polícia Federal, deflagrada depois de seis meses de investigações, além de prender pessoas atuando em extração e venda ilegal de madeira em regiões do Pará, do Amapá e de Santa Catarina, detectou 25 empresas fantasmas, dando suporte ao esquema criminoso. Segundo a PF, a fraude das ATPFs permitiu o comércio de 650 mil metros cúbicos de madeira – o suficiente para encher cerca de 60 mil caminhões que, se enfileirados, preencheriam toda a distância na Via Dutra entre São Paulo e Rio de Janeiro. Pela expansão dos tentáculos da corrupção, por todo o território brasileiro, como se se tratasse de um tecido canceroso que não encontra obstáculo algum para desenvolver-se, na estrutura dos Poderes e da administração pública, chegou o momento de falar-se no trágico diagnóstico: é uma monstruosa metástase.

Lula tentou despistar o público em entrevista na TV, mas ainda deve explicações sobre corrupção no seu governo

FORAM APENAS 12 desconfortáveis minutos de entrevista — mas o presidente Luiz Inácio Lula da Silva poderia sem dúvida passar horas diante das câmeras do “Jornal Nacional”, na noite de quinta-feira, sem nada de convincente declarar sobre os escândalos que varreram seu governo.

Nas raríssimas entrevistas que terminou concedendo sobre o assunto, sua tática não mudou: trata-se invariavelmente de fazer uma afirmativa aparentemente clara e sincera — “nós erramos”, “sou plenamente responsável pelo que acontece na Presidência”, “fui traído” — para em seguida diluir qualquer conteúdo que a frase pudesse ter.

Foi traído, mas é incapaz de dizer por quem. Responsável por tudo, é normal que não saiba de nada? Erros houve, mas quais? Se depender do presidente, isso jamais será esclarecido.

Mais um giro na tática da desconversa, e Lula reafirma seu empenho para que “as denúncias sejam investigadas” e “os culpados recebam justa punição”. Sim, desde que se tome por “denúncia” o que é flagrante evidência, e desde que, entre os possíveis culpados, não se aponte ninguém.

Aproxima-se da aberta desfaçatez — não fosse a insistência quase anestesiante com que o presidente repete esse tipo de afirmações — a idéia de que em seu governo nada foi feito para dificultar o esclarecimento do mensalão. O que se viu foi uma

campanha cerrada contra a instalação das CPIs; nestas, a banca governista agiu com um misto de provocação, insensibilidade e desatino só comparáveis aos dos piores momentos da “tropa de choque” de Fernando Collor.

Bastante pressionado pelos apresentadores do “Jornal Nacional”, Lula deu ainda um passo inédito no sinuoso percurso de negaceios e desentendidos que até agora vinha oferecendo à opinião pública. Na condição de candidato à reeleição, cuidou de retocar uma imagem de administrador rigoroso, sem sombra de tolerância com as irregularidades cometidas por seus subordinados. Prova disso seria sua decisão de afastar José Dirceu, Antonio Palocci e “outros envolvidos” dos cargos que ocupavam.

Eram outras as suas palavras, contudo, quando se despedia desses dois inestimáveis companheiros de jornada. Mais do que um simples discurso protocolar, Lula dirigiu ao seu “querido Zé”, por exemplo, palavras de encorajamento na tarefa de “defesa de nosso governo”, expressando confiança em que seriam “desfeitas as infundadas acusações” dos adversários.

Reescreve-se agora, em tintas talvez mais verídicas, uma história que o discurso governista já tinha coberto de garranchos, rabiscos, borrões e frases sem sentido. A tentativa, obviamente, é torná-la de tal modo ilegível, que o julgamento da população vacile diante das impávidas profissões de fé do presidente.

Mesmo muitas horas de retórica profusa não poderiam, entretanto, diminuir a gravidade da série espantosa de escândalos e desmandos sobre os quais, ainda uma vez, o presidente está a dever um mínimo de explicações satisfatórias.

ANTÔNIO ERMÍRIO DE
MORAES

Eleições: contra a corrupção

POUCO adianta descobrir se a crise moral por que passamos é maior ou menor do que as do passado. O fato é que ela é gigantesca. A corrupção atingiu os três Poderes do governo: Executivo, Legislativo e Judiciário. É uma crise avassaladora e que não pára de crescer.

O espaço deste artigo seria insuficiente para enumerar todos os órgãos envolvidos em falcaturas com o dinheiro público. A corrupção tornou-se sistêmica e atingiu toda a máquina pública, com honrosas exceções.

Pouco adianta tampouco salientar os prejuízos que isso causa à nação, ao corroer os poucos recursos do governo e comprometer os investimentos mais essenciais. A crise moral extrapolou a dimensão econômica.

O que mais me preocupa nos dias atuais é a deterioração de valores que pode ocorrer em nossa juventude. Sim, porque é ela que vai carregar esta nação amanhã. Nada pior do que destruir o idealismo dos jovens. Uma nação sem jovens é uma nação morta.

Nossos jovens estão sendo submetidos a uma acachapante contradição. Eles vêem uma realidade que não tem nada a ver com os valores que seus pais lhes ensinaram. Essa contradição se repete a cada dia, com novos personagens que entram em cena com o mesmo pleito de inocência — depois de cometerem as maiores barbaridades.

Logo depois vêm outros, que tiram de cena os primeiros, numa sucessão de corruptos e corruptores que parece não ter mais fim.

Será que, de tanto ver essa tragédia nacional, os jovens de hoje vão ensinar os valores da realidade aos seus filhos? Ou transmitirão a eles os valores que aprenderam de seus pais?

Não podemos brincar com fogo. Estamos submetendo os nossos jovens às mais absurdas frustrações e criando neles a nefasta filosofia do ceticismo, da descrença e da desilusão. Isso os leva ao individualismo extremado, à prática da Lei de Gerson e ao salve-se-quem-puder.

Caro leitor. Temos de reagir. Não podemos apagar a chama da nossa juventude. Vamos fazer uma cruzada em favor da moralização dos costumes, elegendo em outubro próximo apenas os que têm um programa claro de combate à corrupção.

Mais do que isso, vamos nos preparar para cobrar dos eleitos, de todas as formas possíveis, a concretização de seus compromissos de campanha. Democracia é isso: é o melhor regime, mas, também, o mais trabalhoso.

Por isso, caro leitor-eleitor, prepare-se para votar bem e, sobretudo, para enviar cartas, fax, e-mails aos eleitos. O tempo todo. Durante quatro anos. Até que limpemos este país dessa gangue de destruidores de valores e de jovens.

Tenso, Lula erra e renega ações do passado

Em entrevista ao 'JN', candidato do PT cometeu imprecisões sobre vários casos, principalmente nos de corrupção

Lydia Medeiros

• O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, candidato à reeleição pelo PT, não ofereceu respostas precisas sobre os casos de corrupção que envolveram seu partido e ministros do governo durante entrevista ontem ao "Jornal Nacional", da Rede Globo. Lula, que diferentemente dos adversários não compareceu à emissora e foi entrevistado no Palácio da Alvorada, insistiu que só soube das denúncias (o mensalão e o valerioduto) "depois que aconteceu".

Lula tentou isentar o PT, apesar de toda a cúpula do partido ter caído com as denúncias e ter sido denunciada ao Supremo Tribunal Federal por comandar a "organização crimínosa" do mensalão. E tampouco quis revelar os nomes daqueles que supostamente o traíram, segundo ele próprio declarara no ano passado. Lula aparentou tensão e ainda se confundiu ao tentar listar as ações do governo contra a corrupção, chegando a falar "combate à ética".

— O procurador-geral da República foi escolhido por mim sem que sequer eu o conhecesse, numa demonstração de que o combate à ética significa você permitir que as instituições façam as investigações que precisam fazer — disse, nervoso.

Embora o comando do PT tenha se envolvido com o mensalão e o valerioduto, Lula disse que as denúncias não afetam o partido. O apresentador William Bonner insistiu, lembrando que havia ministros envolvidos, como José Dirceu, da Casa Civil, tratado pelo procurador-geral como "chefe da organização crimínosa". E perguntou ao presidente se ele duvidava da idoneidade e da competência do procurador. Lula se defendeu:

— Se tivesse, não tinha indicado. Procurador da República do meu governo indicia. Nos outros governos, engavetava — afirmou, acrescentando:

— É com esse grau de liberdade que quero que ele funcione, e é com esse grau de liberdade e respeitando o estado e direito que quero que as pessoas que foram indicadas por ele vão ao Supremo Tribunal Federal.

Lula disse que como presidente é o responsável por qualquer erro cometido por um funcionário público, direta ou indi-

tamente, mas afirmou que só poderia ter agido de outra forma se soubesse:

— Eu só poderia fazer diferente se soubesse antes.

E comparou um presidente a uma família:

— Há famílias com problemas dentro de casa e a família o sabe. Como pode alguém dizer que o presidente da República, embora tenha de assumir responsabilidade, saiba que está acontecendo agora Secretaria (na verdade, decência) de Agricultura de São Paulo, com meus ministros: não estão aqui?

O apresentadora Fátima Bernardes então perguntou se ele acha que o eleitor espera dele responsabilidade como governante ou o comportamento de uma mãe que age com amor cego por um filho.

Lula insistiu que o governo está apurando as denúncias e citou o trabalho da Controladoria Geral da União, afirmando que fora criada em seu governo.

De novo, errou. O órgão foi criado pelo ex-presidente Fernando Henrique em 2 de abril de 2001. A primeira ministra da CGU foi Anadyr de Mendonça Rodrigues. Lula mudou o nome da CGU, passando a chamar o titular da pasta de ministro do Controle e da Transparência, e ampliou suas atribuições.

Bonner lembrou que Lula se solidarizara publicamente com ministros e petistas, mesmo acusados, num comportamento diferente daquele que adotava antes da Presidência, quando defendia punição para acusados antes da confirmação da culpa.

— Você deve estar falando de outra pessoa — disse Lula, afirmando que ele afastara Dirceu e Antonio Palocci.

Mas Lula também não foi correto neste ponto. O próprio Dirceu anunciou sua demissão, publicada no Diário Oficial como exoneração, a pedido, no dia 16 de junho de 2005. Fez um pronunciamento tendo atrás de si 18 ministros. Teve uma última reunião com o presidente, quando entregou uma carta. Chamou Lula de "querido companheiro e amigo". Lula respondeu em carta chamando-o de "Querido 74".

O presidente também disse que afastou Palocci. Mas, no dia de sua saída, houve dúvidas sobre se ele estava se demitindo ou apenas de afastando do cargo temporariamente. Palocci se despediu afirmando que saía com a consciência tranquila e negando ter patrocinado "malfetorias com recursos públicos", numa cerimônia onde foi chamado por Lula de "mais que irmão".

Erro até sobre o tamanho do país

• Ao falar sobre segurança, o presidente confundiu números sobre a extensão territorial do país. Disse que o Brasil tem 17 mil km de fronteira. E acrescentou:

— Não são 17 mil metros, são 17 milhões (de metros). São 7 milhões de fronteira marítima e 9 milhões de fronteira terrestre.

O presidente errou: são 23 mil km de fronteira, sendo 15,7 mil km de fronteira seca e 7,3 mil km de marítima. Ao falar em 9 milhões de fronteira terrestre, o presidente fez confusão com os números. Pode ter se lembrado dos mais de 8,5 milhões de quilômetros quadrados da extensão do território do país.

Ao encerrar a entrevista Lula cometeu outro desliz: disse que os índices econômicos melhoraram e que "a única coisa que cai é o salário". ■

não é BEM ASSIM

Candidato tentou se equilibrar entre a fidelidade aos 'irmãos' e a necessidade de convencer o eleitorado de que nada sabia sobre o mensalão

Tenso, Lula procura se distanciar de aliados

José Casado

Luiz Inácio Lula da Silva é um candidato preocupado em se desvencilhar de amigos e aliados nesta campanha eleitoral. Aos olhos dos eleitores, pelo menos.

Ontem, em entrevista à Rede Globo, Lula tentou manter distância de antigos aliados, com os quais governou o Partido dos Trabalhadores até à chegada ao centro do poder, em 2003. O caso do mensalão "não macula o PT", disse Lula, "pode macular pessoas".

Referia-se a alguns dos companheiros da cúpula petista que, em janeiro de 2003, subiram com ele a rampa do Palácio do Planalto, em Brasília: os ex-ministros José Dirceu e Antonio Palocci, o ex-presidente do

seu partido José Genoino, o ex-tesoureiro Delúbio Soares e seu secretário de finanças pessoais, Paulo Okamoto, entre outros.

Visivelmente nervoso diante das luzes e lentes da televisão, Lula tentou se livrar do "peso" que, eventualmente, aliados como esses possam ter na sua eleição.

Titubeante, mostrou-se contraditório. Primeiro, atribuiu responsabilidade pelo mensalão aos fiéis aliados ("lamento profundamente que companheiros tenham feito coisas que ainda vão ser julgadas"). Em seguida, considerou-se responsável ("por qualquer erro que qualquer funcionário público cometa no Brasil").

O candidato à reeleição quis apresentar um presidente da República vigilante, incisivo e decidido e afirmou ter demitido os ministros Dirceu e Palocci. Os arquivos do Planalto guardam os originais das cartas de ambos — e eles jamais foram demitidos pelo chefe, pediram demissão depois de prolongada agonia na Casa Civil (Dirceu) e na Fazenda (Palocci).

impressão de um presidente absolutamente isento e fiel seguidor do princípio de não interferência nos demais poderes da República. Mas não foi exatamente isso o que ocorreu nas investigações do Congresso sobre o caso do mensalão.

O governo empenhou todos os esforços para, primeiro, impedir a Comissão Parlamentar de Inquérito. Depois, para retardar o processo de investigação — bancos estatais e fundos de pensão, por exemplo, foram alvo de seguidas queixas do comando da CPI.

Houve momentos em que senadores e deputados encarregados da investigação precisaram recorrer à ajuda do procurador-geral da República para conseguir que órgãos federais apresentassem documentos solicitados três meses antes. O governo Lula nunca facilitou as investigações da CPI dos Correios, ao contrário, como registram os anais da comissão.

Ontem, na televisão, Lula mostrou-se um candidato tenso, quase à beira de um ataque de nervos, tentando se equilibrar entre a fidelidade aos "irmãos" — como costumava se referir, em público, a Palocci e Genoino — e a necessidade de fazer o eleitorado acreditar que nada sabia, por era apenas o presidente da República.

A mudança do discurso

• Embora o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tenha dito na entrevista de ontem ao "Jornal Nacional" que, quando estava na oposição, nunca pedia a condenação de adversários sem que houvesse provas, uma simples consulta aos arquivos mostra que a realidade era diferente. Abaixo, alguns exemplos de frases de Lula como líder do PT:

"O presidente (Fernando Henrique) perdeu efetivamente o sentido de responsabilidade. Parece-me que ele não tem nenhum controle. Não sei se emocionalmente está apto a continuar no cargo. Fica provado que há uma total irresponsabilidade no governo", disse Lula em maio de 99, a respeito do grampo no BNDES sobre a privatização da Telebrás. Menos de um mês depois, acrescentou: "Quero lembrar ao povo brasileiro que, por muito menos, Nixon renunciou à Presidência dos Estados Unidos".

O PT também defendeu, em 2001, uma CPI da Corrupção e chegou a montar um "varal da corrupção" no Congresso, exibindo todas as denúncias surgidas no governo FH. Eleito Lula, passou a defender que só haja CPI com fato determinado.

'Esqueçam o que eu disse'

● **Candidato à reeleição, o presidente Lula na prática adotou ontem, na entrevista ao "Jornal Nacional", o tom esqueçam o que eu disse. O petista negou, errou ou se contradis-se sobre questões importantes de seu governo:**

● **DIRCEU E PALOCCI:** Lula disse que demitiu os dois ministros para afirmar que pune quem comete erros. Nos dois casos, porém, ele resistiu o quanto pôde a evidências e à participação tanto de Dirceu, no caso do mensalão, como de Palocci, no escândalo do caseiro. Dirceu já tinha sobrevivido ao caso Waldomiro Diniz. E só se afastou do cargo de chefe da Casa Civil quando sua permanência lá tornara-se insustentável pela pressão das investigações das CPIs. Mesmo assim, pediu demissão. No caso

de Palocci, Lula aceitou seu pedido de afastamento — e também apenas quando já não dava mais para negar a participação do então ministro da Fazenda na violação ilegal do sigilo bancário do caseiro que o acusara.

● **MÁCULA DO PT:** Ontem Lula disse que os escândalos do valerioduto e do mensalão "não maculam" o PT, mas as pessoas. As pessoas a que o presidente se refere, porém, eram toda a cúpula de seu partido — o presidente, o secretário-geral, o tesoureiro. Sobre qualquer um deles, inclusive, o presidente não ensaiou ontem qualquer defesa. A culpa é dos outros — pessoas — não do PT nem dele, disse nas entrelinhas.

● **TRAIDORES:** Novamente se recusou a citar os nomes dos que supostamente o traíram.

● **CPIs:** Foi impreciso ao dizer que

nunca pediu punição para alguém ainda não condenado. Quando era oposição, ele fez isso em diversos episódios, inclusive com hoje aliados seus como Jader Barbalho, acusado de fraudes contra a Sudam e que hoje integra o conselho político de sua campanha e até opina sobre ética.

● **CGU:** Disse que foi ele quem criou a Controladoria Geral da União, que na verdade foi criada em 2001 pelo presidente Fernando Henrique.

● **OKAMOTTO:** Ao falar do pagamento da dívida de R\$ 29,4 mil com o PT, paga por seu amigo Paulo Okamoto, alegou que este errou ao não descontar na rescisão do contrato com o PT. Minutos depois, porém, disse que não pagou porque não havia dívida. E não explicou por que, tendo patrimônio de quase R\$ 1 milhão, deixou Okamoto pagar.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Senador Antonio Carlos Magalhães, V. Ex^a será atendido, na forma do Regimento, em todas as transcrições que pediu durante seu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Os Srs. Senadores Alvaro Dias, Juvêncio da Fonseca, Arthur Virgílio, Marcos Guerra, Papaléo Paes, João Batista Motta, Valdir Raupp e a Sr^a Senadora Lúcia Vânia enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o inciso I e o §2º do art. 210, do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da coluna de Dora Kramer, intitulada "Aparências, nada

mais", publicada pelo jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 11 de julho do corrente.

O texto mostra como o discurso do governo Lula não resiste a sua prática. A obediência à Lei Eleitoral mostrada pelo governo petista fica só discurso de campanha, enquanto o governo usa a máquina administrativa em benefício de seu candidato-presidente. Isso é grave e tem que ser coibido.

Sr. Presidente, requiero que a coluna citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

DORA KRAMER

dkramer@estadao.com.br

Aparências, nada mais

O discurso governista de firme obediência à Lei Eleitoral e às restrições impostas pela regra da reeleição não resistiu aos primeiros dias de campanha oficial. O presidente Luiz Inácio da Silva dá a largada já quebrando a norma de só fazer campanha nos fins de semana, deixando os dias úteis para ações exclusivamente de governo: ontem receberia o PMDB para um jantar de apoio do partido e na quinta-feira participará do lançamento oficial da campanha, em ato público do PT, em São Bernardo do Campo.

Tomada não ao pé da letra, mas sob a ótica da realidade prática, a reunião ministerial marcada para hoje tampouco pode ser vista como um encontro de trabalho estritamente governamental. Prevista para durar o dia todo, e obviamente ocupar as manchetes do dia seguinte, a pauta da reunião tem dois itens.

Os ministros serão "informados" sobre o que a legislação eleitoral proíbe ou permite aos agentes públicos nesse período e será feito também um balanço das ações administrativas, de forma a fornecer à equipe de primeiro escalão do presidente argumentos para que eles defendam o governo na campanha.

Ou seja, trata-se de uma reunião de campanha sem tirar nem pôr uma vírgula. Primeiro, porque visa a produzir um fato a ser noticiado com destaque sem que exista uma motivação objetiva de governo para o encontro.

No ano passado, por exemplo, em meio à crise as reuniões ministeriais estiveram suspensas. A necessidade desta agora só existe em função das eleições.

As "informações" sobre os procedimentos de campanha estão todas explicitadas na lei e devidamente listadas numa cartilha - "Eleições 2006, orientações aos agentes públicos" - já distribuída a todos pelo Ministério do Planejamento. Não haveria, pois, razão para fazer um encontro de ministros o dia inteiro para repetir o já exposto em texto de 27 páginas.

Em segundo lugar, o caráter eleitoral do ato fica patente no balanço administrativo destinado a fornecer argumentos de defesa para os ministros frente à população, vale dizer, ao eleitorado.

**Primeiros
momentos
mostram que
obediência à
Lei Eleitoral
é só discurso
de campanha**

O jantar com o PMDB, marcado para ontem, tanto poderia ser realizado na Granja do Torto quanto no Alvorada, ambos locais permitidos por lei em virtude de servirem como residências aos presidentes. O horário combinado pode atender à justificativa de que é fora do expediente, mas não se coaduna à norma estipulada pelo próprio governo de que a agenda de campanha seria cumprida apenas aos sábados, domingos e feriados.

Parece pouco frente às inúmeras e mais graves possibilidades de uso da máquina administrativa, mas é muito no que tange à agressão do princípio preestabelecido, pois é de pequenas infrações que se forma um todo transgressor.

O cenário de desafios à lei aos primeiros acordos da campanha completa-se com o flagrante de burla à nova legislação patrocinado pelo PT nas ruas de São Paulo 48 horas depois do início oficial da campanha. A proibição de distribuição de brindes foi solenemente ignorada pelos militantes que participavam de manifestação em prol da candidatura de Aloizio Mercadante ao governo do Estado, distribuindo camisetas do partido às pessoas no centro da cidade.

Se a primeira impressão é a que fica, o candidato oficial e seu partido não contribuem para forjar uma boa imagem de si neste início de campanha nem ajudam a imprimir sinceridade à anunciada disposição de se manter dentro dos limites da legalidade.

Neste aspecto, soa incongruente até o conteúdo da reunião de hoje, alegadamente de orientação legal aos ministros para que não incorram em infrações à lei num encontro por si só sinalizador da vontade de transgredir.

Referência

O senador Antonio Carlos Magalhães se autoproclamando "guardião da moralidade" lembra muito o presidente Lula declarando-se o porta-estandarte da ética, primeiro e único.

Trinca

Não poderiam ser mais representativos do negócio em pauta os senadores padrinhos de três novos diretores dos Correios indicados pelo PMDB: Ney Suassuna, investigado pelo Ministério Público, Polícia Federal e CPI dos Sanguessugas; Romero Jucá, alvo de inquérito por apresentação de garantias falsas para empréstimo no Banco da Amazônia; e Luiz Otávio, denunciado em 2001 pelo Ministério Público sob suspeita de fraude em operação de financiamento com bancos oficiais.

Zero a zero

O veto ao reajuste de 16,6% para os benefícios previdenciários dos aposentados não deve custar muito caro ao presidente Lula, eleitoralmente falando.

Se é verdade que ele se desgasta ao vetar, é verdade também que a oposição não pode se aproveitar impunemente da crítica excessiva ao gesto, pois sua passagem pelo poder não deixa dúvida de que, se governo fosse, o PSDB também vetaria o aumento.

A diferença está na fase anterior do processo, a aprovação do reajuste: o grupo hoje de oposição dificilmente deixaria de articular maioria no Congresso para evitar a situação de veto. ●

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores,

Palavras do

Senador **Juvêncio da Fonseca** (PSDB-MS)

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Senadores,

Ocupo a Tribuna no dia de hoje para comentar o artigo intitulado “As lorotas de Lula”, publicado no Jornal da Comunidade da semana de 1º a 7 de julho do corrente.

O artigo, de autoria do jornalista Ricardo Callado, reproduz lista elaborada pela oposição com várias promessas de campanha do presidente Lula que não foram cumpridas, “num vale-tudo para conseguir chegar ao Planalto”.

Senhor Presidente, solicito que o artigo acima citado passe a constar dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

As lorotas de Lula

Conhecido pelo gogó afiado, presidente prometeu mundos e fundos para se eleger. Agora, quando se completam três anos e meio de governo, opositoristas listam promessas que o petista fez durante a campanha, mas simplesmente não as cumpriu

RICARDO CALLADO

rcallado@jornaldacomunidades.com.br

Há quatro anos, Luiz Inácio Lula da Silva disputava pela quarta vez a Presidência da República. Com visual repaginado e um discurso batizado pelo próprio como “Lulinha paz e amor”, conquistou corações e mentes com discursos bem feitos e promessas de um país melhor. No entanto, várias promessas não foram cumpridas, o que levou a oposição insinuar que Lula contou lorotas e mentiras à população, num vale-tudo para conseguir chegar ao Planalto. Representantes da oposição, entre eles o líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio Neto (AM), listam o que o tucano considera como as “maiores mentiras de Lula”:

1ª) Prometeu criar dez milhões de empregos. “De certa forma fez isso, mas foram três milhões aqui e sete milhões na China, com aquele acordo desastroso que considerou a China economia de mercado sem ela o ser”, diz, irônico, Virgílio.

2ª) Disse que os brasileiros, ao fim de seu governo, teriam pelo menos três refeições por dia, café, almoço, jantar.

3ª) Garantiu que assentaria 500 mil famílias sem terra. Em vez disso protegeu as invasões e financiou entidades que terminaram agredindo a dignidade física do Congresso Nacional.

4ª) Criou o Banco Popular com o pretexto de levar crédito aos pobres. “Levou ao endividamento dos menos afortunados. E o Banco Popular se meteu em brutais negociações, como o valerioduto”, comenta o senador.

5ª) Prometeu que o Brasil crescerá em média 5% ao ano. Cresceu até o presente a média de 2,6% anualmente”.

6ª) Prometeu criar o IVA em substituição ao ICMS. Prometeu a Reforma Tributária, ficou na promessa. O Senado aperfeiçoou, arredondou uma proposta que veio do governo para a Câmara.

7ª) Prometeu arrecadar R\$ 2,5 bilhões e dar empregos para 350 mil agricultores, em função do Bolsa-Família. Conseguiu,

apenas, distribuir dinheiro a fundo perdido, sem nenhuma exigência de contrapartida educacional.

8ª) Prometeu que o Brasil deslancharia com as PPPs, as tais Parcerias Público-Privadas. Elas estão na gaveta.

9ª) Prometeu construir 600 mil novas moradias por ano, mas ficaram na propaganda dos outdoors.

10ª) Prometeu disponibilizar R\$ 4,5 bilhões do FGTS para construção de casas.

11ª) Acenou com a redução da jornada de trabalho para gerar 3,2 milhões de novos empregos.

12ª) Prometeu garantir aposentadoria digna para 3,2 milhões de idosos, com mais de 60 anos, que permanecessem no mercado de trabalho. Não houve mudança qualitativa ou quantitativa a favor dos idosos.

13ª) Prometeu aumentar o prazo do seguro-desemprego para oito meses.

14ª) Prometeu fazer o governo mais sério e honesto da história do Brasil. Escândalos, como o do mensalão e do valerioduto, provam o contrário.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da entrevista concedida pelo farmacêutico José Merched Chaar, intitulada “O poder das cooperativas”, publicada no jornal **O Estado do Amazonas** em sua edição de 7 de agosto do corrente.

José Merched Chaar, atual presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras no Amazonas destaca, na citada entrevista, a importância da organização das categorias em cooperativas para a melhoria na prestação de serviços e para a diminuição da carga tributária pagas pelos Estados e municípios.

O presidente da OCB-AM destaca, também, que nos municípios onde existem cooperativas, o Índice de

Desenvolvimento Humano (IDH) é muito maior. Segundo ele, isso prova que a organização do trabalho reduz custos e oferece qualidade à população.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida entrevista passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O poder das cooperativas

JOSÉ MERCHED CHAAR, ACREDITA QUE O FUTURO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTÁ NA FORMAÇÃO DE COOPERATIVAS COM PROFISSIONAIS QUALIFICADOS

O farmacêutico José Merched Chaar, 55, é o atual presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras no Amazonas (OCB-AM). Graduado em farmácia-bioquímica pela Universidade Federal do Amazonas (Ufam) e PhD em tecnologia dos alimentos nos Estados Unidos, Merched Chaar é defensor da organização das categorias em cooperativas como forma de obtenção de lucros e melhoria na prestação de serviços. Citando como exemplo de eficiência a Cooperativa de Ginecologistas e Obstetras do Estado do Amazonas (Coopogo), que foi premiada pelo trabalho de contribuição para a redução dos índices de mortalidade infantil em maternidade, se enquadra no

■ Rosalvo Reis

O Estado do Amazonas – Qual o número mínimo de pessoas são necessárias para a criação de uma cooperativa?

Merched Chaar – Pelo decreto-lei 5764, de 1974, são necessárias, no mínimo, 20 pessoas. Contudo, aconselho que uma cooperativa comece com 30, porque alguns integrantes poderão desistir e também porque uma cooperativa com 30 pessoas é mais sólida.

O Estado – Qual o perfil do profissional que deve integrar uma cooperativa?

Merched Chaar – Os profissionais devem ser especializados. Na nossa sede da avenida Garvalho Leal, 1.154, no bairro Cachoeirinha, promovemos treinamento constantemente para todos os segmentos. Os funcionários, por exemplo, passam regularmente por cursos de relações públicas. Essas pessoas estão na front, por isso precisam atender bem os clientes.

O Estado – Quantas cooperativas têm no Amazonas?

Merched Chaar – Atualmente 106, totalizando, aproximadamente, 18 mil profissionais.

O Estado – Qual o custo de uma cooperativa para participar da OCB?

Merched Chaar – Cada cooperativa recolhe à OCB 0,2% do faturamento, valor razoável para uma associação cujos componentes passam rotineiramente por cursos de qualificação.

O Estado – Qual o perfil da população onde estão funcionando as cooperativas?

Merched Chaar – Nos municípios onde existem cooperativas o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é muito maior. Isso prova que a organização do trabalho reduz custos e oferece qualidade à população.

O Estado – No Amazonas, três maternidades são administradas pela Cooperativa de Ginecologistas e Obstetras. Como o senhor avalia essa administração?

Merched Chaar – Essa cooperativa recebeu prêmio nacional em Santa Catarina pelos serviços prestados nas maternidades Ana Brága, Nazira D'Ávila e Balbina Mestrinho. Profissionais dessa cooperativa conseguiram reduzir os índices de mortalidade infantil e materna em Manaus. Os números estão dentro dos parâmetros exigidos pela Organização Mundial de Saúde.

O Estado – Como os resultados foram obtidos?

Merched Chaar – A equipe

da cooperativa é altamente preparada. Além disso, existem regras. Se um paciente fizer uma queixa sobre o atendimento, será instaurado um inquérito e, se for comprovada a má conduta, o profissional será afastado. Se o médico faltar a um plantão, a cooperativa paga R\$ 8 mil ao Estado, que faz inspeção nos hospitais. Tudo isso contribui para que o serviço oferecido seja de qualidade.

O Estado – Com essa remuneração, o governo do Estado não economiza se prestasse serviço médico com funcionários próprios?

Merched Chaar – De forma alguma. A carga tributária é de 100%, pagamento que o Estado está livre de pagar. Para se ter uma ideia, os cooperados não têm direito a férias, 13º salário, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e outras garantias trabalhistas. O cooperado é um empresário. Como o Estado não paga encargos trabalhistas, todos ganham. O profissional é melhor remunerado e o governo economiza.

O Estado – Se as cooperativas são eficientes, porque o processo não é absorvido na área da educação?

Merched Chaar – Nos Estados do Sul e Sudeste, os primeiros lugares em concursos vestibulares são obtidos por alunos de escolas cooperativas. No Amazonas não existem, ainda, cooperativas educacionais. Entretanto, é fácil verificar que a relação ensino-aprendizagem é melhor nas escolas cooperadas. Vamos dar um exemplo: se o pai procura uma escola particular vai pagar, em média, R\$ 500 por mensalidade sem ter garantia que o filho terá a disposição os melhores professores. Se o pai se reunir, contribuindo cada um com R\$ 1 mil, inicialmente, vão obter R\$ 100 mil, dinheiro suficiente para estruturar uma escola. A partir daí, é só contratar os melhores professores que o custo mensal vai cair abruptamente. Além disso, os pais vão administrar a educação dos filhos. Eles poderão escolher o método pedagógico e, em médio prazo, ter em mãos um negócio que tem crescido no país. O método é simples. O que falta é iniciativa. Da forma que está, o ensino é deficiente, prejudicando o aluno para enfrentar a vida.

O Estado – Por que o senhor acredita que a coopera-

tiva educacional formada pelos pais teria melhor qualidade se compararmos com a escola tradicional?

Merched Chaar – A cooperativa não pode ter lucro. Então, tudo que for arrecadado deve ser reinvestido na melhoria do grupo. A taxa de manutenção de uma cooperativa estruturada é muito menor, gerando assim, maiores possibilidades de investimentos.

O Estado – Da forma como está sendo colocada, a situação é simples se os pais estiverem envolvidos. Mas, é possível os próprios professores se organizarem em cooperativas?

Merched Chaar – É claro. Professores, jornalistas e qualquer outro segmento. Os professores deveriam se organizar e oferecer os serviços ao Estado e município. Quem não quer o filho estudando em escolas em que é possível ter os melhores professores. Ressalto que o sistema de cooperativas tem os melhores profissionais e não seria diferente no caso do magistério. Acredito que a organização de pais ou de professores em cooperativas é um processo irreversível para que o ensino seja melhorado a curto prazo.

O Estado – Quando o prefeito de Manaus, Jorge Teixeira, planejou a criação de um cinturão verde para abastecer a capital com produtos hortifrutigranjeiros, foi criado o distrito de Iratubá, hoje município. A política de instalar o cinturão verde não vingou, apesar de investimentos no setor. A época, no Iratubá, não era uma espécie de cooperativa?

Merched Chaar – Não era uma estrutura de forma organizada. Atualmente, está instalada no município, a Cooperativa dos Produtores de Iratubá. A Coopagro, com 45 pessoas de carteira assinada, que fornece produtos de qualidade para as redes de supermercados DB e Carrefour. Eles tem oito caminhões refrigerados que, diariamente, fazem várias viagens a Manaus trazendo os produtos que nos consumimos. A Coopagro vende R\$ 100 mil por mês em ovos. Eles também produzem limão, pimentão e tomate. O pimentão, por exemplo, é classificado em três categorias. O melhor é o de número 1, o fornecido aos supermercados. Quem não quer produzir o pimentão do tipo 1, que tem melhor preço de venda? Todos, é claro. Com isso, melhora a qualidade de todos os outros produtos.

O Estado – Quais os procedimentos que devem ser adotados para a criação de uma cooperativa?

nos números da Organização Mundial de Saúde (OMS), Merched Chaar indica números e afirma que as cooperativas podem contribuir para a diminuição da carga tributária pagas pelos Estados e municípios. Com aproximadamente 18 mil cooperados, entre eles os funcionários da Unimed e profissionais da área de saúde que prestam serviço ao Executivo estadual, a OCB promove treinamentos, incluindo relações públicas, qualificação a todo os segmentos.

Em entrevista exclusiva ao **O Estado do Amazonas**, Merched Chaar falou sobre os resultados obtidos pelas cooperativas do Amazonas.

Merched Chaar – Seis passos são fundamentais. O primeiro é reunir um grupo de, pelo menos, 20 pessoas; o segundo é entrar em contato com a Sescop, onde assistiremos palestras de sensibilização e sobre as vantagens e desvantagens de uma cooperativa. O terceiro passo é montar um plano de negócios, dependendo do ramo, um projeto de viabilidade econômica, que consiste numa análise de mercado, um trabalho técnico. Em seguida, terá que ser realizada a assembleia de criação, instalação, onde aprova-se o estatuto da cooperativa e estabelece-se o capital. O quinto passo consiste no registro na Junta Comercial, Receita Federal, Secretaria da Fazenda, etc. O último passo é o trabalho de todos para consolidar a cooperativa.

O Estado – No Brasil, quantas pessoas são beneficiadas com as cooperativas?

Merched Chaar – São 242 mil empregos gerados, 947 mil pessoas formadas, 1,7 milhão de brasileiros diretamente beneficiados e R\$ 161 milhões aplicados em capacitação profissional e lições de cidadania. Desde a sua criação em 3 de setembro de 1998, o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescop), braço direito do cooperativismo brasileiro, ajudou a melhorar a vida de milhares de brasileiros por meio de ações, programas e cursos que estimulam a cultura cooperativista. Existem, hoje, no país, aproximadamente 7,5 mil cooperativas, em 13 ramos de atividade.

O Estado – O Sescop tem relação com o “Sistema S”?

Merched Chaar – O Sescop, assim como o Sesi/Senai, o Sesc/Senat e o Senar, faz parte do “Sistema S” de Serviços Sociais, composto por entidades privadas criadas pelo Governo Federal para capacitar os trabalhadores para promover o desenvolvimento das empresas. O Sescop recebe 20% de sua arrecadação anual, obtida a partir de uma contribuição compulsória da folha de pagamento das cooperativas, para o desenvolvimento regional do país. Esses recursos são aplicados nos Estados com menor estrutura cooperativista por meio do Fundo Solidário de Desenvolvimento Cooperativo (Fundescoop).

O Estado – Em termos absolutos, qual o montante do investimento?

Merched Chaar – Nos últimos seis anos, por exemplo, a arrecadação das cooperativas da Região Norte foi de R\$ 2,9 milhões. O Sescop quintuplicou esse valor, aplicando R\$ 10,2 milhões nos programas e cursos da região. Com isso, o número de cooperativas da região cresce 339,4% saltando de 208 para 706 no mesmo período.

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Presidente recebe apoios de mensaleiros, Okamoto e até juiz da operação Anaconda”, publicada pelo jornal **Folha de S.Paulo** de 14/07 do corrente.

A reportagem destaca que o jantar que marcou o lançamento da campanha à reeleição do presidente Lula, teve a presença de personagens polêmicos como o ex-juiz federal Ali Mazloum, afastado do cargo

durante a operação Anaconda da Polícia Federal que investigou a venda de sentença judicial.

Sr. Presidente, solicito que a matéria citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR MARCOS GUERRA
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Presidente recebe apoios de mensaleiros, Okamoto e até juiz da operação Anaconda

DAREPORTAGEM LOCAL

O PT decidiu voltar às origens do partido para fazer o lançamento oficial da candidatura do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à reeleição. Cerca de 2.700 convites foram vendidos para o jantar no restaurante São Judas Tadeu, em São Bernardo do Campo, local que há 27 anos foi utilizado para as primeiras reuniões do partido.

Nas mesas, os convidados receberam um guardanapo de pano com a foto de Lula e a frase “Jantei com Lula e apóio a reeleição”. Apesar disso, o presidente deixou o local por volta das 23h e não comeu o tradicional frango com polenta. Lula também não percorreu as mesas para saudar os convidados, que pagaram R\$ 200 pelo jantar, como havia sido prometido pela organização do evento.

“Essa não é o nosso primeiro lançamento de candidatura. Desde 1982 nós fazemos isso. Aqui, neste restaurante nós rascunhamos um manifesto do PT. Aqui, nesta cidade, os trabalhadores escreveram uma página memorável da luta democrática no nosso país”, afirmou o presidente.

Além da presença de ministros, parlamentares e governadores petistas, aderiram à campanha personagens polêmicos, como o ex-juiz federal Ali Mazloum, afastado durante a operação Anaconda (investigação da Polícia Federal sobre venda de sentença judicial).

O ex-presidente nacional do PT José Genoíno, que teve seu nome vinculado a empréstimos irregulares feitos pelo partido e foi obrigado a se afastar da presidência da legenda, percorreu cabisbaixo o salão e não quis falar com a imprensa.

Presentes em 1979 lamentam perda da pureza

**RODRIGO RÖTZSCH
MARCELA CAMPOS
MAREDAÇÃO**

Foi no restaurante São Judas Tadeu, no dia 13 de outubro de 1979, que nasceu o PT, embora a sua fundação oficial só date de 1980. Naquele dia, 130 pessoas se reuniram no restaurante, em São Bernardo do Campo, e lançaram o Movimento pelo Partido dos Trabalhadores.

“A reunião foi o embrião do PT. Foi uma conversa difícil, tinha companheiros de outras tendências, com propostas diferentes, foi uma tentativa de trazer o pessoal para a proposta do partido”, diz Wagner Benevides, um dos presentes em 1979.

Para ele, foi essa abertura que acabou levando o PT a abrigar alguns militantes que foram flagrados em práticas condenáveis. “O PT abriu espaço para que todos se inserissem, nisso entraram muitos oportunistas. Foi um ba-

que muito forte, ainda vai levar um tempo para sarar.”

Outros fundadores não resistiram às decepções dos anos e deixaram o partido. O engenheiro Sidney Lianza saiu da sigla ainda nos anos 80. “Naquela época da formação, era um movimento muito mais puro. O pioneirismo tem isso. Navega em águas cristalinas. Depois vêm as curvas do rio, o barro”, diz Lianza, ressaltando ser eleitor de Lula até hoje.

Não é o caso de Francisco Weffort, outro presente em 79. Antes mesmo da chegada ao poder, já deixara o partido — foi ministro do tucano Fernando Henrique Cardoso.

O ex-petista lamenta a escolha do palco do evento de ontem. “Por que o mesmo restaurante foi escolhido? Eles pretendem que signifique a refundação, como já disse o Tarso Genro. Mas não é possível, porque o PT é um cristal que se partiu. Não há como recompor o PT com as esperanças que teve depois do governo Lula. Pretendia ser um partido diferente e faz o que todos fazem — ou pratica corrupção ou deixa que os outros pratiquem.”

Dos deputados acusados de envolvimento no escândalo do mensalão, compareceram ao ato João Paulo e Professor Luizinho. O presidente do Sebrae, Paulo Okamoto, que pagou dívidas de campanha de Lula e prestou depoimento à CPI dos Bingos, também registrou presença. Jorge Mattoso, ex-presidente da Caixa Econômica Federal, envolvido no escândalo

da quebra de sigilo do caseiro Francenildo dos Santos, foi um dos convidados para o jantar.

Ante a excessiva fiscalização após o escândalo do caixa dois, o PT criou uma ala específica do restaurante com a placa “recibos eleitorais”. O objetivo era entregar a todos os doadores e compradores de convites os recibos, conforme exige a legislação eleitoral. (LC e MD)

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna no dia de hoje para registrar a matéria intitulada “MP investiga origem de recursos de Filippi”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** do último dia 4 de julho do corrente.

A matéria mostra que “O Ministério Público de São Paulo decidiu investigar a origem de parte do dinheiro do novo tesoureiro de campanha do presidente Lula, José de Filippi Júnior (PT), atual prefeito de Diadema”.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

MP investiga origem de recursos de Filippi

Prefeito pagou multa de R\$ 183 mil sem ter patrimônio para saldar débito

BRASIL A

O Ministério Público de São Paulo decidiu investigar a origem de parte do dinheiro do novo tesoureiro de campanha do presidente Lula, José de Filippi Júnior (PT), atual prefeito de Diadema. Na quinta-feira, o promotor Fernando Belaz abriu inquérito civil para apurar “a licitude da origem” dos recursos usados por Filippi para pagar multa judicial de R\$ 183,3 mil.

O pagamento, feito em dezembro de 2003, refere-se à Ação Civil Pública 1.188 de 1995, que tramitou na 2ª Vara Cível da Comarca de Diadema, movida pelo próprio MP paulista. Na ação, o prefeito foi condenado a ressarcir os cofres municipais do prejuízo causado por conta da cessão de outdoors da prefei-

tura à CUT para divulgar as comemorações do Dia do Trabalho e mensagens contra a reforma da Previdência do governo Fernando Henrique.

A procuradoria paulista o acusou de usar o dinheiro público “de forma inútil e sem atender aos interesses públicos”. A condenação, parcial, ocorreu na segunda instância.

O promotor decidiu abrir o inquérito porque o tesoureiro de Lula não teria posses ou salário suficientes para arcar com a indenização. Em seu despacho, Belaz aponta, por exemplo, que, ao pesquisar o patrimônio do prefeito no processo de penhora para garantir o pagamento da indenização, a Justiça encontrou em nome de Filippi bens “insuficientes”. Belaz também afirma que o próprio prefei-

to argumentou que não tinha dinheiro para pagá-la. Filippi, inclusive, propôs o abatimento e o parcelamento do débito, mas o MP rejeitou a proposta.

RAZÕES

Belaz afirma ainda que, após a condenação, o prefeito “não experimentou novas atividades profissionais que lhe permitissem auferir, abruptamente, a quantia”. O promotor também coloca o escândalo do mensalão entre as razões que o levaram a abrir a investigação: “É fato notório a existência de investigação sobre movimentação e utilização, pelo Partido dos Trabalhadores, de enormes quantias ‘não contabilizadas’, ou seja, ‘caixa 2’, para pagamento de dívidas de membros do partido.”

A assessoria do prefeito res-

pondeu que as informações pedidas pela promotoria “serão devidamente prestadas” por ele, mas não as adiantou. Alegou que Filippi “entende que, em respeito e consideração à instituição, essa questão deve ser primeiro respondida ao Ministério Público de Diadema”.

A busca de bens para penhora encontrou em nome do prefeito pouco mais de R\$ 30 mil em contas bancárias, dois carros modestos – um Gol 1000 ano 1996 e um Corsa SW 1998 – penhorados em apenas 50% (a parte relativa ao patrimônio da mulher do prefeito foi excluída) e um imóvel, desbloqueado por ser bem de família. Segundo o promotor, foram feitas “inúmeras diligências”, mas “apenas foram localizados e penhorados bens insuficientes”. ●

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado “A contabilidade moral de Lula”, de autoria do jornalista Rolf Kuntz, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 13 de julho deste ano.

O autor, em seu artigo, mostra como mo presidente Lula “tende a apropriar-se dos feitos de outros governantes” e, em contrapartida, “procura aliviar seu passivo, de forma igualmente inadequada, transferindo parcelas importantes de sua responsabilidade”.

Sr. Presidente, requeiro que o artigo acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento para que, assim, passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

A contabilidade moral de Lula

Rolf
Kuntz*

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem revelado estranhas e preocupantes compulsões na administração de suas contas políticas e morais. Tende a apropriar-se dos feitos de outros governantes – uma inclinação denunciada pelo uso do refrão “nunca antes na história deste país”. É uma forma imprópria de engordar seu ativo. Em contrapartida, procura aliviar seu passivo, de forma igualmente inadequada, transferindo parcelas importantes de sua responsabilidade. Frei Luca Paccioli, inventor do sistema de partidas dobradas, certamente não poderia abençoá-lo.

O princípio mais elementar da contabilidade vale também para a política, pelo menos quando se associa a noção de poder à idéia de mandato. Assim como não se pode conceber um crédito sem um débito, um ativo sem um passivo, não se pode entender a autoridade sem a responsabilidade correspondente. São duas dimensões do mandato, dois lados indissociáveis na con-

tabilidade política.

O presidente Lula parece não entender essa idéia, ou talvez se recuse, simplesmente, a admitir as implicações políticas e morais de sua função. Nesta segunda-feira, ele declarou não estar disposto a responder por desmandos cometidos em ministérios entregues a partidos aliados. “É mais que justo que o partido seja o responsável por todo o ministério”, disse o presidente. Essa declaração foi feita depois de anunciada a entrega dos Correios ao PMDB.

A frase seria preocupante em qualquer circunstância. É ainda mais assustadora, no entanto, quando se conhece a disposição do presidente de entregar ministérios de porteira fechada a grupos aliados, em caso de reeleição.

Que ministros e outros funcionários devam responder por desmandos é indiscutível. Que o presidente deva demiti-los é evidente. Que se deva processá-los está fora de dúvida. Mas não há como isentar o chefe de governo de toda a responsabilidade, para repassá-la ao partido “controlador” do ministério ou de outro órgão público.

“Controlador”, nesse caso, só tem sentido entre aspas. Nomear ministros é parte do poder presidencial. Esse poder envolve uma responsabilidade formal

e moral e é intransferível.

Seja quem for o ministro da área, e seja qual for seu partido, ele só pode agir com base numa delegação de autoridade. Essa delegação é necessariamente limitada e condicional. Se não fosse, o presidente da República não poderia demiti-lo.

O chefe de governo só poderia transferir sua responsabilidade se pudesse, também, transferir seu mandato. Mas não pode fazê-lo, porque o poder público não lhe pertence de forma absoluta. Não é sua propriedade. Seu mandato é também limitado e condicional. Tentar transferi-lo equivaleria a um estelionato político, porque seria uma doação, ou venda, de um patrimônio alheio. Esse patrimônio pertence à sociedade, não ao governante. Por isso ele não pode sequer tentar desmembrá-lo, ficando com a autoridade do posto e passando adiante a responsabilidade.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sempre demonstrou alguma dificuldade para entender a natureza e os limites de seu papel como chefe do Executivo. Recém-eleito, prometeu governar para o País, não para seu partido. Mas não foi capaz, no Palácio do Planalto, de isolar os objetivos de governo das conveniências particulares do PT, dos petistas e de seus aliados. Se tives-

se levado a sério sua promessa, teria procurado controlar a movimentação nos gabinetes próximos ao seu.

O loteamento de ministérios e de órgãos da administração indireta refletiu também sua concepção do poder público. Chefes de governo tendem a formar equipes com pessoas de confiança, combinando critérios de competência e de afinidade política. Seria estranho se agissem de outra forma. Até a nomeação de parentes é tolerável, dentro de certos limites. O ministro da Justiça do presidente John Kennedy era seu irmão. Ocorreu no Brasil, nos últimos anos, algo muito diferente. O aparelhamento da administração e a distribuição de cargos ocorreram como simples apropriação da máquina, sem nenhum sentido de funcionalidade gerencial. Poucos ministros, incluindo o da Agricultura, tentaram resistir.

A sequência de escândalos foi um dos efeitos dessa orientação. Em todos os casos, procurou-se isolar, inicialmente com a tolerância da oposição, a figura do presidente, como se as nomeações desastrosas não fossem parte da política em vigor. A promessa de entrega de ministérios com porteira fechada é a continuação dessa aventura. ●

*Rolf Kuntz é jornalista

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no cotidiano da Administração Pública, com frequência se apresentam situações que exigem resposta imediata das autoridades, sob pena de ocorrerem danos de monta ao interesse público. Em muitos outros casos, a ação governamental deve ter caráter preventivo, pois os conhecimentos e as informações disponíveis permitem saber que a eventual negligência em tomar as medidas necessárias em tempo hábil trará consequências graves – às vezes desastrosas – para o bem-estar da população.

O atual surto de dengue que flagela a população rondoniense não constitui evento imprevisível; nem sequer inesperado. Ao contrário. Matéria publicada pelo sítio noticioso *Rondoniaagora.com*, no dia 12 de setembro do ano passado, já alertava para o risco da ocorrência de um surto dessa moléstia no corrente ano.

Segundo aquele veículo de comunicação, um levantamento realizado pelo Ministério da Saúde colocava Rondônia na lista dos Estados que apresentavam áreas de alta infestação do mosquito transmissor da dengue, o *Aedes aegypti*. Entre os 170 Municípios analisados em 2005, 23 estavam na área vermelha, indicativa de risco de surto para o ano seguinte.

O último surto forte da doença aconteceu em 2003, quando foram registrados mais de dois mil casos. Mas, de lá para cá, a dengue não deixou de produzir vítimas no Estado. Em 2005, por exemplo, foram notificados, somente no Município de Porto Velho, 772 casos de dengue e confirmados 299.

Enfim, Sr^{as} e srs. Senadores, o que desejo deixar claro é que não faltavam motivos para que as autoridades sanitárias do Estado se tivessem mobilizado com antecedência, tivessem tomado providências aptas a evitar a configuração do grave quadro que hoje se observa.

Agora, a situação chegou a tal ponto que o Ministério da Saúde foi obrigado a pedir apoio ao Ministério da Defesa para que militares do Exército ajudassem no combate à dengue em Rondônia, uma vez que o Estado ocupa o sexto lugar entre aqueles que mais registraram casos em 2006.

Conforme dados do Ministério da Saúde, somente nos primeiros quinze dias de janeiro, 107 pessoas foram infectadas em Rondônia. Apenas na Capital, foi constatado que mais de vinte bairros apresentam acima de cinco casos de dengue por cada cem

habitantes. Conforme os parâmetros adotados pelo Setor de Endemias do Ministério, o índice de até um caso por cada cem habitantes é considerado dentro do padrão, indicando ser possível o controle da moléstia. Portanto, esses mais de vinte bairros de Porto Velho apresentam taxa de infectados mais de cinco vezes superior à tolerável! Trata-se, evidentemente, de uma situação alarmante.

E o motivo para esse elevado índice de infecção é a não realização do trabalho de campo com o larvicida em pó nos locais de foco, tratamento que tem efeito por sessenta dias.

Os dados revelados pelo Setor de Endemias do Ministério da Saúde são especialmente preocupantes, Sr^{as} e Srs. Senadores, em vista de que Rondônia é o único Estado do Brasil em que está comprovado que o mosquito da dengue teve uma mudança de comportamento, adaptando-se à reprodução em fossas.

Em âmbito nacional, os dados do Ministério da Saúde revelam um crescimento preocupante dos casos de dengue levando a óbito. Esses números mostram que, desde 1986 – com exceção de 2002, ano em que houve uma epidemia da doença –, o Brasil não registrava tantas mortes causadas pela picada do mosquito *Aedes aegypti*.

Evidencia-se, assim, a deficiência das políticas públicas, a falta de investimentos no setor. E as autoridades já deveriam estar bem conscientizadas, pelos surtos anteriores da moléstia, de que a prevenção, nesses casos, é a única solução eficaz. Solução que depende de trabalho persistente e continuado, de qualificação de profissionais e de investimentos sérios em saúde pública. Afinal, os gastos realizados em pleno desenrolar das crises apresentam pouca eficácia, acabam se transformando em mau emprego do dinheiro público.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é de lamentar a tímida atuação do Governo do Estado de Rondônia no combate ao surto de dengue que lá ocorre. As ações de controle ou de debelação da doença são ainda mais débeis do que as observadas em anos anteriores.

Sr. Presidente, na epidemia de dengue do ano de 2002, nada menos que 150 brasileiros perderam a vida. Quatro anos decorridos, o verão traz, mais uma vez, o espectro ameaçador de um novo surto dessa grave doença. No meu Estado, a tibieza das medidas adotadas pelo Governo local – quando, como agora, era o momento de prevenir, quando o combate renhido

contra a moléstia se faz necessário – está permitindo que a dengue se alastre sem controle.

Muitas vidas estão em jogo. Não é hora para vacilações. Todos os esforços devem ser empreendidos para deter a ameaça da dengue.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado!

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Senado Federal reuniu-se na última quarta-feira, dia 09, para homenagear a 12ª edição do Congresso Internacional de Equoterapia, realizado pela Associação Nacional de Equoterapia – Ande-Brasil – e a FRDI, Federação Internacional de Equoterapia.

Foi uma justa homenagem às duas entidades.

A Associação Nacional tem sido nossa parceira desde que iniciamos a tramitação do projeto de lei que inclui a equoterapia nos procedimentos terapêuticos do Sistema Único de Saúde.

Nossa proposta foi aprovada por unanimidade na Comissão de Assuntos Sociais do Senado e nas Comissões de Assuntos Sociais e Seguridade da Câmara Federal. Atualmente, o projeto se encontra na Câmara dos Deputados, onde aguardamos, seja votado o mais brevemente possível para ir à sanção presidencial.

Faço um breve parêntese para destacar a atuação do senador Flávio Arns e da deputada Maninha, relatores do projeto nas duas Casas, que entenderam a sua importância para a parcela da população que dele se beneficiará, agilizando ao máximo sua tramitação.

Cumprimento, especialmente, ao senador Flávio Arns, autor do requerimento para esta sessão de homenagem ao Congresso Internacional de Equoterapia. O senador tem sido incansável parceiro na defesa dos projetos e atividades realizadas pelo Senado em defesa das pessoas com deficiência.

Sr. Presidente, senhores parlamentares, senhoras e senhores convidados:

A Ande-Brasil tem feito um extraordinário trabalho pelo desenvolvimento da equoterapia em nosso país. Na verdade, ela tem desbravado um árduo caminho para provar à sociedade que esta é uma forma de tratamento capaz de garantir às pessoas portadoras de deficiência ganhos incontestáveis na sua reabilitação.

Em seus 266 centros espalhados pelo Brasil, a Ande já formou cerca de 3 mil profissionais capazes de atuar nas diferentes áreas que englobam esta atividade terapêutica. Em 1997, a Associação Nacional de Equoterapia obteve uma grande conquista. O Conselho Federal de Medicina reconheceu a equoterapia como um método a ser incorporado aos programas de reabilitação de portadores de deficiência.

Hoje, milhares de pessoas se beneficiam desta atividade, embora ainda restrita às que têm condições financeiras para custear o tratamento. A aprovação de nosso projeto pela Câmara dos Deputados e a sanção pelo presidente da República possibilitará a abertura de convênios dos municípios com o SUS, para que os brasileiros que tanto necessitam deste tratamento dele possam se beneficiar.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o 12º Congresso é um evento tradicional organizado pela Federação Internacional de Equoterapia. Sua trajetória é digna de elogios.

Realizado em 1974, na França, o primeiro Congresso debateu o tema “Reeducação pela equitação”. Dois anos mais tarde, na Suíça, baseando-se em pesquisas e estudos, a FRDI trouxe como tema “A Reabilitação por intermédio da equitação”.

Seguiram-se encontros na Grã-Bretanha, Alemanha, Itália, Canadá, Dinamarca, Nova Zelândia, Estados Unidos, França e, em 2003, em Budapeste, na Hungria. Em todos os eventos, o objetivo tem sido a discussão de temas relacionados com a equoterapia e sua interação com questões terapêuticas e educacionais, além de divulgar os avanços científicos e as pesquisas desenvolvidas em todo o mundo.

O 12º Congresso que o Brasil está sediando, trata de um tema muito especial: “Encontro entre dois amigos”. Além da discussão dos aspectos técnicos e científicos, o evento enfatiza a importância da interação entre o homem e o cavalo. É exatamente dessa atuação em conjunto, desse relacionamento harmonioso e confiante entre o animal e o praticante, que a equoterapia alcança tanto sucesso, como demonstram os estudos e a prática do dia-a-dia dos centros espalhados pelo Brasil.

São incontáveis os benefícios após as sessões iniciais de equoterapia. Seus praticantes pouco a pouco recuperam movimentos, equilíbrio postural e mais: recuperam auto-confiança e auto-estima.

Em todo o Brasil, já são mais de 14 mil beneficiados pela equoterapia. Fico a imaginar quantas vezes

mais esse número poderá ser multiplicado quando nosso projeto for finalmente sancionado pelo presidente da República e estiver em vigor em nosso país!

Este é um tema que me empolga, por ser testemunha dos grandes benefícios desta terapia, razão pela qual apresentei o projeto de lei já aprovado por unanimidade nesta Casa.

Mas ainda há muito por fazer para melhorar a condição da pessoa portadora de deficiência em nosso país. Nesse sentido, creio ser importante salientar a contribuição do Senado Federal, nesses últimos dois anos. A Subcomissão da Pessoa Portadora de Deficiência é um exemplo. Desde sua instalação, a Subcomissão tem se preocupado em estudar projetos que dizem respeito à pessoa portadora de deficiência e à fiscalização da legislação já existente.

Audiências públicas discutiram a questão do mercado de trabalho para a inclusão do deficiente e o Pagamento de Benefício da Prestação Continuada.

A Subcomissão realizou a Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, e o Seminário sobre “Acessibilidade – Passaporte para a Cidadania”.

Através de seus servidores, o Senado também conta com a Comissão de Valorização da Pessoa

com Deficiência e a Comissão de Acessibilidade, que vêm promovendo uma série de mudanças físicas na Casa para facilitar a locomoção de funcionários e visitantes.

Gostaria de encerrar meu pronunciamento cumprimentando aqueles que estão à frente das entidades promotoras do Congresso que homenageamos: o senhor presidente da Associação Nacional de Equoterapia, Lélío de Castro Cirillo; e a senhora Gundula Hauser, presidente da Federação Internacional de Equoterapia.

O 12º Congresso aqui realizado obteve o mesmo sucesso dos eventos anteriores, possibilitando que o Brasil também dê um grande exemplo na inclusão da equoterapia como benefício terapêutico para milhões de brasileiros.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência via encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 15 horas e 49 minutos.)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 52ª LEGISLATURA

<p>Bahia</p> <p>PFL – Rodolpho Tourinho*^S</p> <p>PFL – Antonio Carlos Magalhães **</p> <p>PFL – César Borges**</p>	<p>Rio Grande do Sul</p> <p>PMDB – Pedro Simon*</p> <p>BLOCO-PT – Paulo Paim**</p> <p>PTB – Sérgio Zambiasi**</p>	<p>Amazonas</p> <p>PMDB – Gilberto Mestrinho*</p> <p>PSDB – Arthur Virgílio**</p> <p>PDT – Jefferson Péres**</p>
<p>Rio de Janeiro</p> <p>BLOCO-PT – Roberto Saturnino*</p> <p>PRB – Marcelo Crivella**</p> <p>PMDB – Sérgio Cabral**</p>	<p>Ceará</p> <p>PSDB – Luiz Pontes*</p> <p>BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes**</p> <p>PSDB – Tasso Jereissati**</p>	<p>Paraná</p> <p>PSDB – Alvaro Dias *</p> <p>BLOCO-PT – Flávio Arns**</p> <p>PDT – Osmar Dias**</p>
<p>Maranhão</p> <p>PMDB – João Alberto Souza *</p> <p>PFL – Edison Lobão**</p> <p>PFL – Roseana Sarney **</p>	<p>Paraíba</p> <p>PMDB – Ney Suassuna *</p> <p>PFL – Efraim Morais**</p> <p>PMDB – José Maranhão **</p>	<p>Acre</p> <p>BLOCO-PT – Tião Viana*</p> <p>PMDB – Geraldo Mesquita Júnior**</p> <p>BLOCO-PT – Sibá Machado**^S</p>
<p>Pará</p> <p>PMDB – Luiz Otávio*</p> <p>BLOCO-PT – Ana Júlia Carepa**</p> <p>PSDB – Flexa Ribeiro**^S</p>	<p>Espírito Santo</p> <p>PSDB – João Batista Motta*^S</p> <p>PSDB – Marcos Guerra**^S</p> <p>BLOCO-PL – Magno Malta**</p>	<p>Mato Grosso do Sul</p> <p>PSDB – Juvêncio da Fonseca*</p> <p>PTB – Antônio João **^S</p> <p>PMDB – Ramez Tebet**</p>
<p>Pernambuco</p> <p>PFL – José Jorge*</p> <p>PFL – Marco Maciel**</p> <p>PSDB – Sérgio Guerra**</p>	<p>Piauí</p> <p>PMDB – Alberto Silva*</p> <p>PFL – Heráclito Fortes**</p> <p>PMDB – Mão Santa **</p>	<p>Distrito Federal</p> <p>PTB – Valmir Amaral*^S</p> <p>PDT – Cristovam Buarque **</p> <p>PFL – Paulo Octávio **</p>
<p>São Paulo</p> <p>BLOCO-PT – Eduardo Suplicy*</p> <p>BLOCO-PT – Aloizio Mercadante**</p> <p>PFL – Romeu Tuma**</p>	<p>Rio Grande do Norte</p> <p>PTB – Fernando Bezerra*</p> <p>PMDB – Garibaldi Alves Filho**</p> <p>PFL – José Agripino**</p>	<p>Tocantins</p> <p>PSDB – Eduardo Siqueira Campos*</p> <p>BLOCO-PL – João Ribeiro **</p> <p>PC do B – Leomar Quintanilha**</p>
<p>Minas Gerais</p> <p>BLOCO-PL – Aelton Freitas*^S</p> <p>PSDB – Eduardo Azeredo**</p> <p>PMDB – Wellington Salgado de Oliveira**^S</p>	<p>Santa Catarina</p> <p>PFL – Jorge Bornhausen *</p> <p>BLOCO-PT – Ideli Salvatti**</p> <p>PSDB – Leonel Pavan **</p>	<p>Amapá</p> <p>PMDB – José Sarney *</p> <p>PMDB – Gilvam Borges**</p> <p>PSDB – Papaléo Paes**</p>
<p>Goiás</p> <p>PMDB – Iris de Araújo*^S</p> <p>PFL – Demóstenes Torres **</p> <p>PSDB – Lúcia Vânia**</p>	<p>Alagoas</p> <p>P-SOL – Heloísa Helena*</p> <p>PMDB – Renan Calheiros**</p> <p>PSDB – João Tenório**^S</p>	<p>Rondônia</p> <p>PMDB – Amir Lando*</p> <p>BLOCO-PT – Fátima Cleide**</p> <p>PMDB – Valdir Raupp**</p>
<p>Mato Grosso</p> <p>PSDB – Antero Paes de Barros *</p> <p>PFL – Jonas Pinheiro **</p> <p>BLOCO-PT – Serys Slhessarenko**</p> <p>-----</p>	<p>Sergipe</p> <p>PFL – Maria do Carmo Alves *</p> <p>PMDB – Almeida Lima**</p> <p>BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares**</p>	<p>Roraima</p> <p>PTB – Mozarildo Cavalcanti*</p> <p>PDT – Augusto Botelho**</p> <p>PMDB – Romero Jucá**</p>

Mandatos

*: Período 1999/2007 **: Período 2003/2011

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros	(Ramal: 3508)
	Hermes Pinto Gomes	(Ramal: 3510)
	Irani Ribeiro dos Santos	(Ramal: 4854)
	Verônica de Carvalho Maia	(Ramal: 3511)
	José Augusto Panisset Santana	(Ramal: 4854)
	Izaías Faria de Abreu	(Ramal: 3514)
	Angélica Passarinho Mesquita	(Ramal: 3501)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira	(Ramal: 3520)
	Ivanilde Pereira Dias de Oliveira	(Ramal: 3503)
	Maria Consuelo de Castro Souza	(Ramal: 3504)
	Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES			
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz		(Ramal: 3517)
Secretários	CAE	Luiz Gonzaga Silva Filho	(Ramal: 4605)
	CAS	Gisele Ribeiro de Toledo Camargo	(Ramal: 4608)
	CCJ	Gildete Leite de Melo	(Ramal: 3972)
	CE	Júlio Ricardo Borges Linhares	(Ramal: 4604)
	CMA	José Francisco B. de Carvalho	(Ramal: 3935)
	CDH	Altair Gonçalves Soares	(Ramal: 1856)
	CRE	Maria Lúcia Ferreira de Mello	(Ramal: 4777)
	CI	Celso Antony Parente	(Ramal: 4354)
	CDR	Ednaldo Magalhães Siqueira	(Ramal: 3517)
	CRA	Marcello Varela	(Ramal: 3506)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Shessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	7. João Batista Motta – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotonio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Almeida Lima
José Maranhão	8. Gilvam Borges
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Ana Júlia Carepa – PT	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Eduardo Suplicy – PT	4. Roberto Saturnino – PT
Fernando Bezerra – PTB	5. Flávio Arns – PT
João Ribeiro - PL	6. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	7. Serys Slhessarenko – PT
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS MUNICIPAIS

(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB

Vice-Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	4. Lúcia Vânia – PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	2. (vago) ⁽³⁾
Ney Suassuna ⁽¹⁾	3. Serys Slhessarenko ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Roberto Saturnino – PT
PDT	

⁽¹⁾ Vaga decidida em comum acordo entre o PMDB e o Bloco de Apoio ao Governo.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Sala nº 19 – Ala Sen. Alexandre Costa.

Telefones: 3311-3255, 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Rodolpho Tourinho - PFL	1. (vago)
Edison Lobão – PFL	2. Almeida Lima – PMDB ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Luiz Otávio	1. (vago) ⁽³⁾
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago) ⁽¹⁾
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ Vago, em virtude de o Senador Cristovam Buarque não mais pertencer à Comissão de Assuntos Econômicos.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges - PFL
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB
Relator: Senador Ney Suassuna - PMDB**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. Jonas Pinheiro – PFL ⁽³⁾
Paulo Octávio – PFL	2. José Jorge – PFL
Sérgio Guerra – PSDB	3. Lúcia Vânia - PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Eduardo Suplicy – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PTB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾
PDT	

Obs: em 19.11.2003 a Subcomissão aprovou o Relatório Final, que será submetido à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 73, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Aelton Freitas - PL

Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. César Borges – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Romero Jucá	1. Ney Suassuna
Valdir Raupp	2. Maguito Vilela
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Ideli Salvatti – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Delcídio Amaral – PT
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	5. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	6. Papaléo Paes
Lúcia Vânia – PSDB	7. Teotônio Vilela Filho – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
(vago) ⁽³⁾	6. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Antônio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Flávio Arns – PT	2. Magno Malta – PL
Ideli Salvatti – PT	3. Eduardo Suplicy – PT
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Fátima Cleide – PT
Paulo Paim – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	6. (vago) ⁽⁵⁾
PDT	
Augusto Botelho	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT

Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Leonel Pavan - PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾	1. (vago) ⁽³⁾
Paulo Paim - PT	2. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PDT
Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Flexa Ribeiro - PSDB
	2. Romeu Tuma - PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Mão Santa	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim - PT
PDT	
Augusto Botelho	

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) ⁽⁴⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	
PDT	
	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

⁽⁴⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: (vago) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
João Batista Motta - PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB ⁽⁴⁾	9. Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁶⁾ (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Gilvam Borges
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Romero Jucá	4. Almeida Lima
Amir Lando	5. Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾ (cedida pelo PMDB)
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Eduardo Suplicy – PT	2. Paulo Paim – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Magno Malta – PL	4. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Ideli Salvatti – PT	5. Sibá Machado – PT
Antônio Carlos Valadares – PSB	6. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Serys Slhessarenko – PT	7. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Maguito Vilela encontrava-se licenciado do cargo durante o período de 17.8.2005 a 13.1.2006, tendo sido substituído pelo Senador Romero Jucá. O Senador retornou ao exercício do cargo em 16.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Juvêncio da Fonseca comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 30.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. (vago)
César Borges – PFL	2. (vago)
Tasso Jereissati – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
PMDB	
Pedro Simon	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Sibá Machado – PT
(vago)	2. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Gerson Camata - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Roseana Sarney – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. César Borges – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Cristovam Buarque – PDT ⁽⁸⁾ (cedida pelo Bloco da Minoria)
Edison Lobão – PFL	5. Marco Maciel – PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾ (cedida pelo PFL) ⁽¹⁾	6. Romeu Tuma – PFL
Teotonio Vilela Filho – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁷⁾ (cedida pelo PSDB)	8. Sérgio Guerra – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Juvêncio da Fonseca – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Amir Lando
Ney Suassuna	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Gilvam Borges
Gerson Camata	4. (vago) ⁽⁴⁾
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Maguito Vilela	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago) ⁽⁶⁾
Paulo Paim – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Fátima Cleide – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Flávio Arns – PT	4. Delcídio Amaral – PT
Ideli Salvatti – PT	5. Antônio Carlos Valadares – PSB
Roberto Saturnino – PT	6. Magno Malta – PL
Mozarildo Cavalcanti – PTB	7. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽³⁾
Sérgio Zambiasi – PTB	8. João Ribeiro – PL
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida ao PDT, que por sua vez cedeu ao PL, nos termos do Ofício nº 027/05-GLPFL, de 03.03.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Paulo Paim passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 273/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

⁽⁷⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁸⁾ O Senador Cristovam Buarque ocupa vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Minoria à Bancada do PDT, nos termos do Ofício nº 100/05-GLPDT, de 9.10.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO E COMUNICAÇÃO SOCIAL
(12 titulares e 12 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB

Vice-Presidente: Demóstenes Torres – PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Maria do Carmo Alves - PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽¹⁾ ⁽⁵⁾	2. Romeu Tuma – PFL
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽²⁾ ⁽⁶⁾	3. Edison Lobão – PFL
Leonel Pavan - PSDB	4. Reginaldo Duarte - PSDB
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago) ⁽⁴⁾
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
Wellington Salgado de Oliveira	3. (vago)
(vago) ⁽⁷⁾	4. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Paulo Paim – PT
(vago)	2. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	3. (vago)
Sérgio Zambiasi – PTB	4. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida pelo PFL

⁽²⁾ Vaga cedida pelo PSDB

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁷⁾ A Senadora Íris de Araújo deixa o exercício do cargo em 15.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Flávio Arns - PT
Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia - PSDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Reginaldo Duarte – PSDB
(vago) ⁽³⁾	2. Augusto Botelho – PDT (cedida pelo PFL)
Lúcia Vânia – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Gilberto Mestrinho
Wellington Salgado de Oliveira	2. (vago) ⁽²⁾
Valdir Raupp	3. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Flávio Arns – PT	2. Antônio Carlos Valadares – PSB
Delcídio Amaral – PT	3. Aelton Freitas – PL

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA
(17 titulares e 17 suplentes)**

Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾

Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
César Borges – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL ⁽²⁾	3. Roseana Sarney – PFL
Teotonio Vilela Filho - PSDB	4. Almeida Lima – PMDB ⁽³⁾
Arthur Virgílio – PSDB	5. Leonel Pavan – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Gilvam Borges	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. Sérgio Cabral
Valdir Raupp	4. Amir Lando
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	5. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Ana Júlia Carepa – PT	2. Fátima Cleide – PT
Sibá Machado – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
João Ribeiro - PL	4. Ideli Salvatti – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral – PTB ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. (vago)
PMDB	
Valmir Amaral - PTB ⁽¹⁾	1. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	2. (vago)
PDT	

⁽¹⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS
INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À
DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador César Borges - PFL
Relator: Senador João Alberto Souza - PMDB**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. João Ribeiro - PL ⁽¹⁾
PMDB	
(vago)	1. Luiz Otávio
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O Senador João Ribeiro desfilou-se do PFL e filiou-se ao PL, conforme comunicação de 29.03.2005

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Paulo Paim - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
(vago) ⁽⁶⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. (vago)
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Juvêncio da Fonseca – PSDB	6. Arthur Virgílio – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾	1. Luiz Otávio
Maguito Vilela	2. (vago) ⁽⁷⁾
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. (vago) ⁽²⁾
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Magno Malta - PL
Fátima Cleide – PT	2. Sibá Machado – PT
Ana Júlia Carepa - PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Paulo Paim – PT	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁷⁾ O Senador Maguito Vilela passou a ocupar vaga de titular em 18/01/2006, nos termos do Of. GLPMDB nº 12/2005, da Liderança do PMDB.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO - IRI
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Mão Santa - PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Reginaldo Duarte – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	1. Luiz Otávio
Mão Santa	2. José Maranhão
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Paulo Paim – PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽²⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO - IDO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	2. Sérgio Guerra – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. Paulo Paim – PT

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Ramez Tebet
Pedro Simon	2. Valdir Raupp
Mão Santa	3. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	4. (vago) ⁽⁴⁾
Gerson Camata	5. (vago) ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾
Eduardo Suplicy – PT	2. (vago) ⁽⁶⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	3. Aelton Freitas – PL
Roberto Saturnino – PT	4. Ana Julia Carepa – PT
Sérgio Zambiasi – PTB	5. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O Senador Mário Calixto deixa o exercício do cargo em 22.03.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽²⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ A Senadora Serys Slhessarenko passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 274/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. João Batista Motta ⁽²⁾
Mão Santa	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾	2. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador João Batista Motta passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma - PFL	1. Marco Maciel - PFL
Arthur Virgílio – PSDB	2. Flexa Ribeiro - PSDB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. (vago) ⁽²⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa -PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽³⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Aelton Freitas - PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽³⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Demóstenes Torres – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB	8. Papaléo Paes – PSDB
Teotonio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Romero Jucá
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Ney Suassuna	4. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	5. Wellington Salgado
Mão Santa	6. Valmir Amaral - PTB ⁽³⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Delcídio Amaral – PT	1. (vago) ⁽²⁾
Magno Malta – PL	2. Paulo Paim – PT
Roberto Saturnino – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Fátima Cleide – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Sibá Machado – PT	6. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	7. João Ribeiro - PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Roberto Saturnino passou a integrar a Comissão como titular, em vaga existente, nos termos do Ofício nº 327/2005 de 15.12.2005.

⁽³⁾ Vaga cedida pelo PMDB ao Senador Valmir Amaral, nos termos do Ofício nº 24/06-GLPMDB, de 31.1.2006.

Secretária: Dulcília Ramos Calhao
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
E – Mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Ney Suassuna
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. (vago) ⁽³⁾
Fátima Cleide – PT	2. Delcídio Amaral – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sibá Machado – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Guerra - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Demóstenes Torres – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Heráclito Fortes – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Wellington Salgado de Oliveira
Pedro Simon	2. Romero Jucá
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	3. Amir Lando
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko – PT
Aelton Freitas – PL	2. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	3. Magno Malta – PL
Ana Júlia Carepa – PT	4. Sérgio Zambiasi – PTB
João Ribeiro - PL	5. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Osmar Dias	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Marcello Varella
Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
Telefone: 3311-3506 Fax:
E – Mail: marcello@senado.gov.br

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 23/11/2005)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

5ª Eleição Geral: 23.11.2005

Presidente: Senador João Alberto Souza¹

Vice-Presidente: Senador Demóstenes Torres¹

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Demóstenes Torres (PFL)	GO	2091	1. Jonas Pinheiro ² (PFL)	MT	2271
Sérgio Guerra (PSDB)	PE	2382	2. César Borges (PFL)	BA	2212
Heráclito Fortes (PFL)	PI	2131	3. Mª do Carmo Alves(PFL)	SE	1306
Juvêncio da Fonseca ² (PSDB)	MS	1128	4. Leonel Pavan ² (PSDB)	SC	4041
Paulo Octávio (PFL)	DF	2011	5. Teotonio Vilela Filho ⁴ (PSDB)	AL	4093
Antero Paes de Barros(PSDB)	MT	4061	6. Arthur Virgílio (PSDB)	AM	1413
PMDB					
Ney Suassuna	PB	4345	1. (Vago) ³		
João Alberto Souza	MA	1415	2. Alberto Silva	PI	3055
Ramez Tebet	MS	2222	3. Valdir Raupp	RO	2252
Luiz Otávio	PA	3050	4. Gilvam Borges ²	AP	1717
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)					
Sibá Machado (PT)	AC	2184	1. Serys Shhessarenko ² (PT)	MT	2291
Ana Júlia Carepa (PT)	PA	2104	2. (Vago)		
Fátima Cleide (PT)	RO	2391	3. (Vago)		
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB					
Mozarildo Cavalcanti	RR	4078	1. Valmir Amaral	DF	1961
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

¹ Eleito em 13.12.2005, na 1ª Reunião, de 2005, do Conselho de Ética.

² Eleito na Sessão do SF do dia 18.4.2006.

³ Vaga ocupada pelo Senador Gerson Camata (PMDB/ES) até 3.5.2006, licenciado de acordo com Of. GSGC – 100/2006, de 3.5.2006, lido em Plenário nesse mesmo dia.

⁴ Licenciado a partir do dia 19.4.2006, de acordo com Requerimentos nºs 455 e 456, de 2006, publicados no DSF de 21.4.2006.

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG) ²	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS) ⁴	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) ³	3º Corregedor Substituto

(Atualizada em 9.6.2006)

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

² Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

³ Licenciado a partir do dia 19.4.2006, de acordo com Requerimentos nºs 455 e 456, de 2006, publicados no DSF de 21.4.2006.

⁴ Licenciado a partir de 4.5.2006, de acordo com Requerimento nº 498, de 2006, publicado no DSF de 3.5.2006.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

(Atualizado em 09.06.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5257
scop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998, aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – PMDB
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – PSB

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 3311-4561 e 3311-5259

scop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Aldo Rebelo (PC do B/SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PL-PE)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado João Caldas (PL-AL)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Fontana (PT-RS)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Sigmaringa Seixas (PT-DF)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Alceu Collares (PDT-RS)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier

Vice-Presidente: João Monteiro de Barros Filho¹

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO ²	EMANUEL SOARES CARNEIRO ²
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO ²
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO R. TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE ²
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT ²	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER ³	(VAGO)
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA ²	STEPAN NERCESSIAN ²
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS ²	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHELIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO ²	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

¹ Eleito na 2ª Reunião de 2006 do CCS, em 3.4.2006, em substituição ao Conselheiro Luiz Flávio Borges D'Urso.

² Reeleitos na sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004.

³ Eleito como suplente na Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004. Foi convocado como titular na 6ª Reunião de 2006 do CCS, realizada em 7.8.2006, em função do falecimento, em 30.5.2006, do Conselheiro Daniel Koslowsky Herz.

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)
COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA⁴

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)⁵

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

⁴ Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

⁵ Passou a fazer parte desta Comissão na Reunião Plenária de 5.6.2006.

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

Presidente: Senador SÉRGIO ZAMBIASI	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Deputado DR. ROSINHA	Secretário-Geral Adjunto: Deputado LEODEGAR TISCOSKI

MEMBROS NATOS

Senador ROBERTO SATURNINO (PT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputado ALCEU COLLARES (PDT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
---	--

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
------------------	------------------

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)

JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)

PMDB

PEDRO SIMON (PMDB/RJ)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PC do B/TO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PL)

SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. (vago)
EDUARDO SUPLICY (PT/SP)	2. (vago)

PDT

(vago)	1. (vago)
--------	-----------

PSOL (Resolução nº 2/2000-CN)

GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	1. (vago)
-----------------------------------	-----------

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
------------------	------------------

PT

DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PSOL/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)

PMDB

EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
--------------------------	------------------------------

Bloco PFL/Prona

GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP)
-------------------------	--------------------------------

PSDB

JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
--------------------------	---------------------------

PP

LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANNO (PP/SP)
---------------------------	-----------------------------

PTB

FERNANDO GONÇALVES (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
-----------------------------	---------------------------------

PL

OLIVEIRA FILHO (PL/PR)	1. PAULO GOUVÊA (PL/RS)
------------------------	-------------------------

PPS

JÚLIO DELGADO (PSB/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)
------------------------	----------------------------

(Atualizada em 29.3.2006)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado ALCEU COLLARES

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE FONTANA PT-RS	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> ALVARO DIAS PSDB-PR
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ALCEU COLLARES PDT-RS	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ROBERTO SATURNINO PT-RJ

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO”
Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos
Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

Composição

(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)

Presidente: RENAN CALHEIROS⁽¹⁾

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros ⁽²⁾

Atualizada em 9.6.2006

Notas:

⁽¹⁾ Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

⁽²⁾ Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49

Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900

Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 127,60

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 62,00
Porte do Correio	R\$ 193,20
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 255,20

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055	GESTÃO 00001
--------------------	-------------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

O Brasil no Pensamento Brasileiro

Coleção Brasil 500 Anos

"Trata-se de um conjunto de leituras sobre temas básicos da realidade e da história brasileiras, preparado com o objetivo de colocar ao rápido alcance do leitor textos que se encontram em múltiplas obras, muitas delas de difícil acesso". Volume de 822 páginas, com introdução, seleção, organização e notas bibliográficas de Djacir Meneses.

Preço por exemplar: R\$ 30,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



EDIÇÃO DE HOJE: 86 PÁGINAS